



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ELIANA RODRIGUES TIAGO**

**AMBIENTE FLUTUANTE: OS SIGNIFICADOS E IDENTIDADE DE LUGAR DE  
MORADORES DE CASAS FLUTUANTES**

**Manaus  
2014**

**ELIANA RODRIGUES TIAGO**

**AMBIENTE FLUTUANTE: OS SIGNIFICADOS E IDENTIDADE DE LUGAR DE  
MORADORES DE CASAS FLUTUANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Maria Inês Gasparetto Higuchi, Profa. Dra.

Fonte Financiadora (Bolsa): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

**Manaus  
2014**

T551m Tiago, Eliana Rodrigues  
Ambiente Flutuante : os significados e identidade de lugar  
de moradores de casas flutuantes / Eliana Rodrigues Tiago,  
Maria Inês Gasparetto Higuchi – Manaus, 2014.  
81f., il.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade  
Federal do Amazonas, 2014.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Inês Gasparetto Higuchi

1. Identidade de lugar. 2. Casa Flutuante. 3.  
Ambiente Amazônico I. Maria Inês Gasparetto Higuchi. II.  
Título

CDU 316.4(811.3)

**ELIANA RODRIGUES TIAGO**

**AMBIENTE FLUTUANTE: OS SIGNIFICADOS E IDENTIDADE DE LUGAR DE  
MORADORES DE CASAS FLUTUANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 12 de março de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi  
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare  
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira  
Universidade Federal do Amazonas

## **DEDICO**

A Deus que é a razão do meu viver.

À minha mãe Osvaldina, exemplo de amor e dedicação pela família, por seu apoio constante demonstrado nos gestos de amor.

À minha orientadora Maria Inês Higuchi, obrigada pela paciência, sabedoria, afeto e palavras de incentivo que foram marcantes nesta trajetória.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por conduzir minha vida, Ele é a minha força, a Ele toda honra, glória e louvor. Sem Ele, nada do que sou ou tenho seria possível. “É Ele quem dá a sabedoria e da sua boca vem a inteligência e o entendimento”.

À Professora Maria Inês Higuchi que me orientou de maneira tão sábia, pela paciência, atenção e apoio dispensados. Sou grata por todo aprendizado em Psicologia Social, Psicologia Ambiental e, principalmente, em aprender como ser ética pessoal e profissionalmente e acompanhar seus orientandos de maneira afetuosa.

À minha mãe Osvaldina, pelas orações, por todo esforço em me orientar, apoiar e acompanhar com todo amor e ao meu pai Francisco em memória.

A meus irmãos André, Ernandi, Mozar, Oscar, Valdocy, Priscilla e Carolina, todos sempre presentes na minha caminhada, apoiando direta ou indiretamente e nos bons e maus momentos. E não poderia esquecer minha sobrinha e filha do coração Beatrice ou simplesmente Bibi pelo carinho, companhia e amor.

Aos amigos que me acompanharam sempre incentivando, orando, apoiando com palavras afetuosas: Silmara Mundim, Cristiane Fernandez e Josianne Marinho Moraes. Foi muito importante ter vocês ao meu lado.

Aos meus alunos Hélio, Helena, Luana e Francely do Curso de Licenciatura dupla em Biologia e Química do Instituto de Saúde e Biotecnologia-Coari/AM, pela ideia inicial de realizar um projeto de extensão junto aos moradores de flutuantes, que serviu de inspiração para esta pesquisa e dissertação.

A todos os moradores de casas flutuantes da cidade de Coari, pela contribuição de cada por meio das conversas formais e informais, pelo tempo dispensado e pela ousadia em falar de si e de sua situação que foram importantes e crucial para a concretização deste curso.

À Universidade Federal do Amazonas pela oportunidade de realizar este Curso que servirá para meu crescimento pessoal e profissional.

Ao Instituto de Saúde e Biotecnologia por permitirem e apoiar minha ausência durante o período de mestrado, em especial aos colegas da Coordenação de Matemática e Física, não só para cumprir uma exigência da instituição, mas também pela conquista e realização de um sonho.

À FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas pela valorização de profissionais que atuam no interior do estado, pela liberação de uma bolsa de

estudo no Programa RH Interiorização que representa o apoio financeiro e suporte necessário para a realização do mestrado no contexto amazônico.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia por permitirem momentos de reflexão sobre o ser e fazer em psicologia: Profa. Maria Alice Becker, Profa. Cláudia Sampaio, Profa. Iolete Ribeiro, Prof. Nilson, Prof. Ewerton Helder, Prof. Roazzi, Sueli Mascarenhas e Profa. Kátia Lenz (em memória).

Ao Prof. Marcelo Gustavo Calegare pelas aulas sobre Identidade Amazônica, sugestões e contribuições brilhantes nas Bancas de Qualificação e na Defesa.

À Professora Ana Carla Bruno pela participação na Banca de Qualificação e sugestões que serviram de reflexão para a Defesa.

À Professora Amélia Regina Batista Nogueira por participar da Banca de Defesa e por apontar elementos importantes para melhorias técnicas desta dissertação.

Aos meus colegas de Mestrado que me agradeceram com sua companhia, apoio e, sobretudo nos momentos de compartilhar conhecimentos e de descontração para tornar esta caminhada mais leve: Gleny, Fabiane, Margareth, Orlando, Davi, André Machado, André Braule, Alan, Estephania, John Elton e Sthephany.

Aos colegas do LAPSEA: Camila Freitas, Genoveva e Peter, como foi bom conhecê-los, e principalmente Dayse e Ádria que me ajudaram com sugestões e críticas construtivas.

Aos alunos Daniel Pereira de Melo, Sergiane Moraes da Silva e Jayne Souto Lima que me acompanharam nas visitas aos moradores de casas flutuantes, debaixo de sol forte com direito a passar temporal em uma moradia flutuante, no balanço dos banheiros nas catraias em pleno rio Solimões.

Ninguém realiza um sonho ou um projeto de maneira isolada, sempre haverá pessoas e/ou instituições que contribuirão direta ou indiretamente, por isso sou grata a todos vocês que participaram deste sonho em forma de projeto, que foi o Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas.

“A relação do homem com seus lugares e, através deles, com os espaços, consiste na residência. Somente quando somos capazes de residir podemos construir. A residência é a “propriedade essencial” da existência”.

Merleau-Ponty

## RESUMO

A identidade de lugar é formada por nossas experiências ao longo da vida em determinados contextos espaciais ou ambientais que, de alguma forma, marcaram ou marcam nossa existência e contribuem para a constituição como sujeitos psicológicos. Os significados físicos como abrigo e defesa são atribuídos à moradia, mas além desses, a moradia é concebida como categoria analítica e apresenta aspectos subjetivos devido aos significados emocionais e afetivos atribuídos pelos seus ocupantes. Desta forma, há estreita relação entre os aspectos espaciais, culturais, sociais, econômicos e os aspectos psicológicos na formação da identidade de lugar. Este estudo teve o objetivo de investigar os significados e identidade de lugar e suas implicações na formação da identidade social dos moradores de casas flutuantes na cidade de Coari-AM. A pesquisa de abordagem qualitativa exploratória descritiva incluiu a proposta de multimétodos para melhor compreender as relações socioambientais da moradia flutuante. Como técnicas foram adotadas: a) pesquisa documental junto aos órgãos públicos municipais para obtenção de dados oficiais sobre as moradias e seus ocupantes; b) observação participante com registros em diário de campo e fotográfico e entrevistas espontâneas com moradores antigos; e c) entrevistas semiestruturadas com 30 moradores (25F, 5M) com idade igual ou superior a 18 anos que residentes há mais de um seis meses no local. Os resultados obtidos apontaram que o sujeito morador de casa flutuante incorpora na sua própria história as vivências culturais do ambiente amazônico como também as mazelas sociais a que são submetidas ao longo do tempo. As ondas culturais sinalizavam a orla da cidade como única moradia possível na cidade. Morar em casa flutuante na orla da cidade está longe de ser um ambiente de glamour. Viver sobre as águas às margens da cidade é ter sempre à vista as dificuldades de posse, de mobilidade e de inclusão social. Viver sobre as águas é boiar na espera de um reconhecimento de cidadania. Neste território, o seu ocupante não é reconhecido pelos demais habitantes da cidade e pelos gestores públicos, pois lá não tem terreno, não tem rua, as casas não têm endereço. Os moradores acreditam que, por morarem nesse lugar, a cidade não lhes oferece possibilidades e sobre eles são jogados os restos da cidade. Morar neste lugar é viver o estigma da invisibilidade social e ter que lutar sempre para ser reconhecido como cidadão urbano com todas as carências próprias de sua condição socioeconômica, mesmo com o consolo de se sentir privilegiado em poder vislumbrar o mais lindo horizonte do rio.

**Palavras-Chaves:** Identidade de Lugar. Casa Flutuante. Ambiente Amazônico.

## ABSTRACT

Place Identity is based on our experiences throughout life in certain contexts or environments, which somehow had meaning in our existence and contributed to our composition as psychological beings. The house has not only physical meaning such as shelter and dwelling, but also emotional and affective meanings which are historically constructed by the residents in their social relations. This way, there's close relationship between cultural, social, economic and psychological aspects in the formation of identity of place. This study aimed to investigate the meanings and identity of place and their implications in shaping the social identity of the inhabitants of houseboats in the city of Coari-AM. The research of qualitative descriptive exploratory approach included a multi methods approach to better understand the environmental relations of the floating dwelling. The techniques adopted were: a) documental research along governmental bodies to obtain data on the housing and its occupants; b) participant observation along with , photographs and spontaneous interviews with old residents and c) semi-structured interviews with 30 residents (25W, 5 M) aged 18 years or over resident for at least six months at the place. The results showed that the people who live on a floating house embody in their own history the cultural experiences from the amazon environment, that is, its geophysical environment e the cultural practices in that relation, including the joy and the suffering as time passes by. The cultural waves signalised the city bay as the only possible housing in town. Living in a floating house in the city bay is far away from being a fancy environment. Living at the river surface is to foresee either the physical and social difficulties. Living over the waters is to float while they hope to be recognised as citizens. On this territory, the occupant is not recognised by the others, such as city administrators, as they live in a non-existing territory, they have no streets, no land, not even an address. The residents believe that due to living on this place, the city does not give them opportunities. Their invisibility is so evident that over them are thrown the city leftovers. Living in this place is to be socially invisible and to have always to fight to be recognised as citizen with all the needs regarding their social economic conditions, even with the consolation of being privileged to see the horizon on the river.

**Key - words:** Place identity, Floating House, Amazon Environment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de Coari-AM	31
Figura 2 – A) “Marombas” construídas na época da cheia; B) “Marombas” na época da seca em Coari-AM	34
Figura 3 – Orla da cidade da cidade de Coari-AM	35
Figura 4 – Casa flutuante sendo transportada por barco rebocador em Coari-AM	36
Figura 5 – Casas flutuantes em frente a orla de Coari-AM	36
Figura 6 – Casa flutuante em construção em Coari-AM	37
Figura 7 – Casa flutuante em época de seca em Coari-AM	38
Figura 8 – Casa flutuante em estado de deterioração em Coari-AM	39
Figura 9 – Flutuante tipo comercial em Coari-AM	40
Figura 10 – Flutuante tipo residencial em Coari-AM	40
Figura 11 – Casa flutuante com dois andares em Coari-AM	41
Figura 12 – Casa flutuante com horta e árvores em Coari-AM	42
Figura 13 – Mulher lavando roupa em casa flutuante em Coari-AM	47
Figura 14 – Porto das catraias - transporte fluvial que transporta pessoas e mercadorias em Coari-AM	48
Figura 15 – Período da seca e a visão do lixo depositado em época de enchente em Coari-AM	49
Figura 16 – Casas flutuantes mais próximas (lado A) e mais afastadas (lado B) em Coari-AM	53

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela1 – Distribuição dos participantes por escolaridade no município de Coari-AM	43
Tabela2 – Distribuição dos participantes por ocupação profissional no município de Coari-AM	43
Tabela3 – Distribuição dos participantes por estado civil no município de Coari-AM	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CREAS	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	Ensino Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISU	Identidade Social Urbana
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Programa Amazônia Sustentável
SEMINF	Secretaria Municipal de Infraestrutura
TCLE	Termo de Compromisso
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 O ESPAÇO AQUÁTICO NA AMAZÔNIA COMO LUGAR DE PERTENCIMENTO .....</b>	<b>20</b>
1.1 ESPAÇO E LUGAR.....	22
1.2 ESPAÇO E LUGAR DE MORADIA .....	25
1.3 SIGNIFICADO E IDENTIDADE DE LUGAR .....	29
<b>2 AMBIENTE FLUTUANTE COMO LUGAR DE PERTENCIMENTO.....</b>	<b>31</b>
2.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA CIDADE FLUTUANTE.....	36
2.1.1 LOCALIZAÇÃO DAS MORADIAS FLUTUANTES.....	34
2.1.2 CARACTERÍSTICAS DAS MORADIAS FLUTUANTES .....	37
2.1.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA LOCALIDADE FLUTUANTE.....	42
2.1.4 COTIDIANO NAS MORADIAS FLUTUANTES: CARÊNCIAS E MOBILIDADE .....	46
2.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS MORADORES .....	53
2.2.1 O MORADOR DE CASA FLUTUANTE DIANTE DO VIZINHO .....	52
2.2.2 O MORADOR DE CASA FLUTUANTE DIANTE DO PODER PÚBLICO .....	55
2.2.3 O MORADOR DE CASA FLUTUANTE DIANTE DO MORADOR DE TERRA FIRME.....	57
<b>3 O SIGNIFICADO E IDENTIDADE DE LUGAR DO MORADOR DE CASA FLUTUANTE.....</b>	<b>60</b>
3.1 MOVIMENTO DE ESTABILIDADE E MUDANÇA: O VISÍVEL E O INVISÍVEL DA CONSTRUÇÃO .....	60
3.2 SER MORADOR DE CASA FLUTUANTE: ASPECTOS DE DISTINÇÃO SOCIAL.....	63
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES .....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA .....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

A moradia como lugar representa não só de onde viemos e vivemos, mas também quem somos, uma vez que se constitui como parte importante de nossa existência enquanto sujeitos sociais. O lugar de moradia está relacionado, portanto, com os aspectos físicos e sociais que o originaram, mas que, de alguma forma, irão implicar na produção de aspectos socioambientais em função dessa realidade espacial. É nesse conjunto de materialidade e simbolismo que ocorrem as intersubjetividades próprias na relação das pessoas entre si e na formação do ambiente que vão implicar também na construção do sujeito psicológico que dá sentido e significados às suas próprias vivências na sociedade em que se encontra.

Falar em moradia, geralmente, remete à ideia de um lugar delimitado que incorpora características de abrigo para garantir a segurança individual e familiar em relação às intempéries ambientais. Esse abrigo ainda serve como lugar de proteção e defesa diante de relações conflituosas com outros seres humanos e animais. O lugar de moradia, entretanto, não se limita a esses aspectos físicos, mas incorpora significados e valores socioculturais que se constroem historicamente a partir de experiências e conhecimentos diversos vividos pelas pessoas em seus grupos sociais e na relação com um determinado ambiente.

Vários estudos mostram o quanto um lugar de moradia tem, em sua natureza, a dupla constituição ambiente-cultura (BACHELARD, 1964; CARTER *et al.*, 1993; CARSTEN; HUGH-JONES, 1995; CARSTEN, 1997; DAMATTA, 1985; HIGUCHI, 1999, 2003, 2008; INGOLD, 1995, 2000; JAGGER, 1992). Esses aspectos socioculturais tem a ver com um produto social, pois cada lugar tem sua história de acordo com as pessoas que ali habitam, formando a cultura local, e essa cultura é passada de geração em geração, através da linguagem, escrita e inscrita nas vidas dos sujeitos (CALLAI, 2004). Essas construções psicossociais produzem reflexões e reformulações subjetivas e intersubjetivas, que são possíveis através das relações que os seres humanos estabelecem com seus pares no ambiente em que estão inseridos.

Considerando que a moradia traduz muito da identidade pessoal e sociocultural da pessoa, um estudo do sujeito psicológico e seu comportamento seria incompleto sem uma análise criteriosa do significado do lugar. Este lugar que é parte de uma localidade geográfica (país, estado, região, cidade, bairro), mas que possui características amazônicas próprias é de

se pensar que tipo de implicações o lugar de moradia, mais especificamente a casa e a área onde esta está construída, teria na formação desse sujeito e no seu comportamento cotidiano.

O estudo aqui proposto teve seu foco no sujeito que tem sua moradia materializada em casas flutuantes na cidade de Coari no Amazonas. Não se trata apenas de estudar um indivíduo cuja casa tenha a pitoresca forma de morar sobre troncos flutuantes num rio que banha a cidade e que tem uma grandiosa extensão. Ao contrário, é essa geografia que faz com que morar em casas flutuantes marque um tipo de ocupante cuja efetiva existência delimita identidades específicas tanto nas relações sociais quanto nas relações com o ambiente formado pelos elementos da natureza amazônica e elementos da cidade em si. A literatura tem mostrado que o entendimento da relação do morador com o lugar e suas práticas sociais são reveladores de uma estrutura social que traz informações importantes e que podem encontrar na psicologia uma contribuição efetiva (DAMATTA, 1985; HIGUCHI, 2003; SANTOS; COLESANTI, 2001). Desta forma, o objetivo deste estudo foi entender o significado e identidade de lugar de moradia dos moradores de casas flutuantes em Coari na Amazônia.

Alguns questionamentos nortearam essa pesquisa: Existe algum tipo de identidade pessoal e social da qual os sujeitos se apropriaram e que definiram modos de morar e viver nessas casas flutuantes? Qual o significado da moradia flutuante para seu ocupante? Como as pessoas se apropriaram e tomaram posse desse espaço para moradia flutuante? Como ocorreram as relações de vizinhança? Como se deu o uso social nesse espaço de moradia num lugar fluido?

A proposta de estudar pessoas que moram e vivem nesses lugares e as implicações na vida cotidiana dizem respeito a uma realidade que excede uma simples descrição e caracterização, mas que permite o entendimento do sujeito amazônico, sua forma de ser e viver a partir de um repertório específico de comportamentos e vivências. A pesquisa teve, como embasamento teórico, a perspectiva psicossocial do ambiente e psicologia social tendo, como *corpus* empírico, habitantes da orla de moradias flutuantes na cidade de Coari - AM. Foram investigados aspectos ambientais, psicossociais e culturais desse modo de viver e morar para compreender de forma mais abrangente aspectos do comportamento humano na relação com o ambiente e na formação de suas identidades de lugar.

O estudo assumiu uma natureza qualitativa e teve, como objetivo principal, investigar os significados e identidade de lugar e suas implicações na formação da identidade social entre moradores de casas flutuantes na cidade de Coari-AM. Definiram-se como objetivos específicos 1. Caracterizar o ambiente físico de moradia e o arranjo espacial das moradias; 2.

Identificar o uso social e vivências dos moradores de casas flutuantes e 3. Analisar os significados do lugar atribuídos pelos moradores de casas flutuantes e sua implicação na formação de identidade social.

Nesse estudo, foi utilizada a abordagem multimétodos ou triangulação de métodos (GUNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2011), por entender que a especificidade do estudo dos aspectos socioambientais da moradia em casa flutuante apresenta. A integração entre os múltiplos métodos foi possível a partir de um conjunto de técnicas que possibilitaram a interpretação crítica e discussão teórica dos resultados levando em conta a complexidade do assunto. Entendeu-se que o objetivo geral deste projeto só poderia ser atingido a partir desta análise convergente dos resultados que foram produzidos a partir de técnicas e instrumentos distintos que possibilitassem compreender, de uma forma mais adequada, os objetivos delineados. As técnicas, instrumentos e procedimento de análise dos dados foram organizados e descritos em função de cada objetivo específico tendo sido utilizada a observação participante, entrevistas espontâneas e adotado um roteiro de observação (Apêndice A).

A observação participante tem, como característica primordial, o contato do pesquisador com o fenômeno que ocorre de maneira direta, dentro do seu contexto, sua realidade ou seu cotidiano, que serve para captar situações que, muitas vezes, não são faladas na entrevista, mas podem se apresentar nas expressões e atitudes, nos eventos diários ou corriqueiros (NETO, 2001). Foi importante considerar o que relata Breakwell *et al.*, (2010) que ao observarmos um fenômeno imprimimos significado por causa de nossas limitações e preconceitos, mas que estes podem ser utilizados de forma crítica na análise e interpretação dos dados. Foram feitos registros escritos em diário de campo bem como registros fotográficos para melhor descrever situações observadas.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas que foram audiogravadas de acordo com a anuência dos informantes. A entrevista semiestruturada foi conduzida a partir de um roteiro previamente preparado (Apêndice B). As entrevistas semiestruturadas, segundo Breakwell *et al.*, (2010) e Maciel e Melo (2011), consideram que fazem parte de uma abordagem técnica do trabalho de campo apresentando como uma das características fundamentais, a interação entre o pesquisador e o participante. Além de permitirem liberdade de expressão e espontaneidade dos entrevistados nas respostas que podem ser simples, porém possibilitam o aprofundamento dos temas e complementa informações discorridas com outras técnicas. Sendo, portanto, significativo instrumento para conhecer como e por que os sujeitos agem,

sentem e pensam suas realidades, sem impor a visão de realidade do pesquisador (MACIEL; MELO, 2011).

Inicialmente, houve um contato com os moradores mais antigos que se disponibilizaram a fornecer informações sobre os primeiros moradores por eles conhecidos, o processo de apropriação do espaço líquido e que, à época da chegada, não encontraram nenhuma dificuldade para se instalarem no local. Segundo estes moradores, o local tem recebido pessoas de diversas comunidades do município para ali habitarem. Foram procuradas lideranças institucionalizadas e associação de moradores, mas não foram encontradas.

Com a finalidade de conseguir informações oficiais sobre o quantitativo de habitantes da localidade, foram procurados órgãos públicos do município. Primeiramente, no Centro de Referência e Assistência Social (CREAS), a informação obtida foi que este órgão não apresentava nenhum registro de atendimento àquela parte da população. Na Secretaria Municipal de Defesa Civil, relataram que as famílias que residem naquele espaço da orla, ou seja, os flutuantes não são considerados moradores de área de risco, não tendo, portanto, nenhum registro daquela localidade. A Secretaria Municipal de Terras também não apresentou dados, levando-se em consideração que a população por eles atendida é apenas a que residia em terra e não aquela do “espaço líquido”. Por fim, na Secretaria Municipal de Infraestrutura da Zona Rural (SEMINF-Rural) foram apresentados dados relativos a quantidade de famílias que residem em casas flutuantes, cujo levantamento foi realizado no primeiro semestre de 2013, o resultado apurado é que existem aproximadamente 132 de moradias flutuantes, visto que não se tem controle sobre a instalação ou saída das famílias naquela localidade.

Esse impasse de definição fundiária se deve à legislação brasileira vigente <sup>1</sup>, não se reporta, em nenhum momento, à parte líquida (rios, lagos ou mares) como espaço para ocupação em termos de moradia. Juridicamente mencionado como águas públicas de uso comum já em 1934; pelo Código das Águas <sup>2</sup>, já se constituíam como terrenos de marinha que iam até 33 metros para a parte terrestre.

---

<sup>1</sup> Lei Federal n°. 11.952, de 25 de junho de 2009 que trata da regularização fundiária, somente a parte terrestre é considerada para ocupação humana.

<sup>2</sup> Decreto n°. 24.643, de 10 de julho de 1934 que trata das águas em geral e sua propriedade e pontua no item B do artigo 2° sobre águas públicas de uso comum que são “as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis...” e demarca os terrenos de marinha.

Barbosa (2013) defende o direito do elemento água como Direito Fundamental da Pessoa Humana e se embasa juridicamente e contextualiza historicamente o impasse que acontece formalmente em encontros nacionais e internacionais onde grupos ambientalistas, gestores públicos e privados, sociedade civil, etc., se reúnem interessados na utilização da água, porém não se apresenta, na lista de reivindicações, a água como local de moradia.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UFAM conforme Resolução CNS 196/96, para apreciação e aprovação que se encontra no Anexo 1. Aos moradores que se dispuseram a colaborar na pesquisa foi solicitada a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice C).

A análise dos dados seguiu as seguintes etapas: descrição, análise e interpretação dos dados conforme proposto por Gomes (2012), tendo, como foco principal, a exploração das opiniões dos sujeitos, a dimensão sociocultural, psicológica e socioambiental de acordo com o tema que se investigou.

Os dados coletados nas entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004; BAUER, 2002) com a finalidade de identificar os conteúdos latentes nas falas, não só com uma descrição, mas também associados aos processos, dimensões, motivos ou fatores que fizeram com que os sujeitos habitem em tipo de moradia flutuante. Alguns dados demográficos foram analisados por meio de estatística descritiva. A caracterização espacial foi descrita por meio de registro fotográfico.

Participaram da pesquisa, 30 adultos, sendo 25 do sexo feminino (83%) e 5 do sexo masculino (17%), maiores de 18 anos de idade, responsáveis pela unidade doméstica que se disponibilizaram a responder espontaneamente à entrevista e a partir do critério da acessibilidade (GIL, 1999). Como critérios de inclusão foram considerados tanto homens quanto mulheres que residissem em casas flutuantes pelo menos há seis meses, o tempo de residência variou entre 6 meses a mais de 20 anos. O número total de participantes representa 23% de representantes das 132 moradias apresentada pela SEMINF – Rural de Coari. Todas as moradias selecionadas estavam localizadas na orla de entrada da cidade de Coari, numa extensão de aproximadamente 4 km.

Os resultados estão organizados em 3 capítulos: O primeiro compreende o espaço aquático na Amazônia como lugar de identidade engloba a discussão teórica sobre o espaço e lugar de moradia e apresenta os aspectos sociais, econômicos e particularidades das cidades do Amazonas, principalmente Coari e suas casas flutuantes.

O segundo capítulo apresenta as características físicas e sociais do ambiente flutuante como lugar de pertencimento, na tentativa de apresentar as peculiaridades deste tipo de moradia, suas características estruturais, o processo de formação, o cotidiano dos moradores, a organização social dos moradores, o uso social, as vivências, a percepção sobre sua posição relativa diante do poder público, diante do vizinho e diante do morador de terra firme, considerando sua localização no estado do Amazonas.

No terceiro capítulo foram analisados e interpretados os significados e conceitos de identidade de lugar na concepção dos moradores de casas flutuantes encontrados nos discursos destes.

## **1 O ESPAÇO AQUÁTICO NA AMAZÔNIA COMO LUGAR DE IDENTIDADE**

Espaço e lugar são aspectos existenciais do indivíduo, isto é, fazem parte da sua própria vida (FISCHER, 1994; TUAN, 1983), de quem ele é (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011; PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983), e como ele se relaciona com os demais indivíduos (CARTER; DONALD; SQUIRES, 1993; HIGUCHI, 2003, 2008; INGOLD, 1995, 2000). Desde as primeiras relações interpessoais necessitamos do espaço para nossa localização e nossa identificação enquanto sujeitos. Não há a formação de indivíduo sem que ele seja posicionado e localizado num espaço e lugar. Em outras palavras, o espaço é uma dimensão de nossa vida e condição primária de nossa existência, de tal forma que é na organização e arranjo do espaço que materializamos aspectos de nossas relações sociais. Se ontologicamente temos essa compreensão, por outro lado, é importante situarmos aspectos epistemológicos de espaço e lugar, os quais trazem em si conceitos específicos.

### **1.1 Espaço e Lugar**

O espaço e lugar são elementos interdependentes e têm sido estudados amplamente por várias áreas do conhecimento, principalmente pelas ciências humanas e sociais, representando categorias de análise importantes para a compreensão da relação entre sujeito e ambiente. Numa perspectiva da geografia humanística, Tuan (1983) considera que existe uma inter-relação indissociável entre espaço e lugar e por conta dessa aproximação é comum serem compreendidos como conceitos semelhantes. Apesar de serem usados como termos sinônimos, estes são analiticamente diferenciados, mesmo que complementares. O espaço é entendido como algo abstrato e em movimento. Na medida em que as pessoas vão agindo sobre ele, dando sentido e significado, como se fizesse uma pausa para refletir, este se torna lugar. Lugar é, assim, o espaço onde implicam relações, vivências, convivência e sentimentos onde a vida acontece no dia-a-dia das pessoas.

Cavalcante e Nóbrega (2011) advertem que os lugares são fundamentais para a compreensão da relação do ser humano com o ambiente e que este se configura como o caráter histórico da sociedade. Os autores afirmam, ainda que os lugares fazem parte desta rede de inter-relações como contexto histórico, social, político, econômico que refletem a vida em sociedade. Assim, lugar é um espaço físico que identifica onde uma pessoa mora, trabalha, se diverte, ou seja, onde vive. O fato de ocupar e utilizar um determinado lugar são condições próprias da natureza humana (CARLOS, 1994). Esse espaço é agregado de valor quando é

vivenciado e sentido. Neste sentido, o indivíduo se constitui a partir do lugar (tempo histórico e pessoal) sua história de vida se entrelaça com a história da coletividade, do seu contexto sócio-histórico. O espaço em nossas vidas – nosso relacionamento com o mundo à nossa volta tem por condição o domínio do espaço e a identificação de suas relações. A partir da experiência, nossa ação se mistura com a noção de lugar.

Fischer (s/d) propõe dois tipos de abordagem para compreensão da relação das pessoas e seu ambiente: a abordagem funcional e a abordagem da experiência vivida. A abordagem funcional é entendida como a maneira como as pessoas fazem uso de um lugar e a abordagem da experiência vivida diz respeito ao conjunto de significados que o lugar possui de acordo com as experiências vivenciadas no dia a dia dos seus moradores. Ao nos referirmos ao uso do lugar, vários estudos nos mostram que as pessoas organizam e produzem o seu meio em função de múltiplos fatores (educação, normas sociais, economia, religião, política, mitologia, cultura, etc.). Já os valores inscritos no ambiente, atuam por sua vez, como elementos normativos sobre os comportamentos (práticas sociais) e representações. A partir dessa realidade recursiva entende-se que o espaço organiza interações sociais, na medida em que as interações sociais estão na origem desses mesmos espaços (FISCHER, s/d).

Outras visões paralelas nos ajudam a entender essa realidade recursiva. Na abordagem da epistemologia genética, o espaço é considerado como uma dimensão que necessita de uma compreensão do indivíduo, seja ela cognitiva (conhecimento sobre suas características e nuances relacionais) ou socioafetiva (aspectos subjetivos) associados a essa dimensão. Os estudos nessa abordagem mostram que o entendimento se constrói de forma gradual e se intensifica em complexidade ao longo dos anos de vida do sujeito. O processo cognitivo de apreensão das noções que temos sobre o espaço foram estudadas inicialmente por Jean Piaget, um psicólogo interessado na forma como construímos o conhecimento da realidade em que o sujeito vive. Para Piaget, a construção do espaço remete a um processo de construção e organização mentais do sujeito que se inicia desde o seu nascimento, constituindo sua própria inteligência, numa contínua interação entre percepção e representação espacial (OLIVEIRA, 2005). Apesar de ter estudado as noções espaciais, este não foi o aspecto mais importante na teoria Piagetiana, mas trouxe estímulo para vários pesquisadores se dedicarem ao estudo da compreensão do espaço ao longo da vida e na relação com os aspectos físicos da realidade. Reed (1996), por exemplo, se destacou no estudo das propriedades físicas do ambiente para entender como as crianças e pais se relacionam com tais elementos e formam seu

entendimento do mundo, ao mesmo tempo em que, a partir dessa relação com os recursos ambientais, a criança se desenvolve.

Ainda nessa visão do desenvolvimento, Rabinowich (2004) estudou o espaço destinado para locomoção das crianças em ambiente urbano e as transformações nas práticas socioculturais educativas de diferentes gerações. Nesse estudo, a autora constatou a importância da transmissão de experiências às novas gerações e as experiências quanto ao uso dos espaços públicos e semipúblicos, como cidades e ruas para a subjetivação e ao desenvolvimento do *self* associado ao modo de exploração destes espaços que atualmente são limitados por motivos atrelados ao medo e insegurança, de um modo geral nas grandes cidades. Outros estudos como Cruz e Higuchi (2009), retratam a reprodução e uso do espaço restrito entre crianças numa localidade de alta aglomeração em Manaus, mostrando que a criança é capaz de reinventar e ressignificar as restrições físicas para superar tais deficiências e não comprometer seu próprio desenvolvimento.

Leitão (2002), num trabalho interdisciplinar entre Arquitetura e Psicanálise, analisando a dimensão subjetiva da cidade, traz como uma das principais conclusões, através dos discursos das pessoas, que elas usam o espaço como referencia pessoal, discorrendo sobre o espaço como se falassem de si mesmas. As pessoas, segundo o autor, costumam indicar a construção do *self* ligado ao reconhecimento de pertencimento e identificação de um lugar, relacionando “quem sou” ao “onde estou” (lugar onde habitam), ou seja, os aspectos psicossociais e espaciais como partes de uma mesma formação. Lynch (1999) reafirma que as vivências sempre ocorrem numa dada relação com o entorno físico, a partir do encontro com os objetos e na lembrança dessas experiências compartilhadas com outras pessoas.

Tendo o foco na formação e transformação do espaço, a geografia humanística nos fornece importantes reflexões para entender a própria sociedade que produz. As transformações que acontecem na sociedade, não só no espaço físico, mas também como conceito histórico atual e fruto da globalização foram analisadas pelo geógrafo Milton Santos (2004). Santos considera que a cada movimento da sociedade, os espaços são transformados e organizados, criando novas situações. Os objetos não mudam de lugar, mas podem mudar de função dependendo da significação que a sociedade lhes dá. O autor faz uma distinção entre paisagem e espaço para explicitar que a diferença reside no fato de paisagem ser imutável e o espaço se transformar constantemente pelo usos, funções e valores que a sociedade atribui.

Essa relação indissociável do espaço físico (lugar) e espaço social teve uma atenção especial nos estudos sociológicos. Sob uma visão fenomenológica, Bourdieu (2003) analisou

a relação entre estruturas do espaço social e do espaço físico, discorrendo que os seres humanos estão situados em espaço físico habitado ou apropriado, podendo esta apropriação ser material ou simbólica. Aspectos relativos ao pertencimento e apropriação passam a fazer parte da formação da pessoa e de como esta se situa diante de outras pessoas no grupo em que vive. Em outras palavras, quando o sujeito se apropria, ele se torna “o dono do pedaço”, do espaço físico que simboliza sua posição social através de sua localização e sua posição na e diante da vida. Da mesma forma, Pinheiro e Elali (2011) refletem que o poder das pessoas na sociedade está associado ao uso ou posse de porções do espaço (por exemplo, tamanho das propriedades físicas de grandes empresários). Isto posto, pode-se afirmar que existe uma relação estreita entre a dimensão espacial e ordem social, e essa interação define as identificações com pessoas, grupos e instituições.

Considera-se, dessa forma, em diferentes abordagens teóricas, que o espaço é inevitavelmente um aspecto existencial do quadro pessoal e social em que vivemos. As dimensões físicas, socioculturais e psicológicas são inseparáveis. Nessa formação social do espaço a cultura e as necessidades biofísicas das pessoas modelam as relações sociais que ocorrem a partir *do* e *no* ambiente.

Diante desses pressupostos teóricos, fica claro que o espaço e lugar fazem parte de um sistema de interdependência complexa que está presente em nossa vivência humana, integrando aspectos funcionais e simbólicos. Dessa forma, o estudo desta relação possibilita a compreensão dos significados subjacentes que podem nos auxiliar na compreensão dos processos materiais e simbólicos que constituem nossa identidade pessoal e social relacionadas com o espaço de moradia.

## **1.2 Espaço e Lugares de moradia**

Importantes estudos têm sido feitos tendo o espaço e lugar de moradia (casa, lar ou habitação) como categoria de análise. Alguns estudos levam em consideração aspectos históricos, culturais, estruturais e localização física, outros estudam os tipos de relacionamentos interpessoais e intergrupais, aspectos subjetivos e intersubjetivos que acontecem em seu interior e exterior relacionando-a ao seu contexto sociocultural. (CARLOS, 1994; ELALI, 2006; FERRARA, 1988, 1999; HIGUCHI, 2003; OLIVEIRA, 2005; TUAN, 1983). São vários olhares para o mesmo objeto com visões e interpretações diferenciadas. Alguns termos como casa, lar ou habitação são usados para se referir à moradia.

Historicamente moradia é uma necessidade humana de abrigo, de proteção e intimidade. Diferentemente dos animais que constroem seus abrigos instintivamente, os seres humanos têm necessidade que transcendem as de abrigarem-se, satisfazerem as necessidades biológicas e de procriarem (INGOLD, 1995, 2000). A diferença reside em que o ser humano consegue se organizar, planejar e atribuir significados aos espaços da habitação (TUAN, 1983), aspectos não atribuídos aos animais. Bachelard (2008) apresenta, numa linguagem poética, que a casa é o nosso primeiro universo, o nosso “canto do mundo”, e este lugar nos propicia além do abrigo das tempestades da vida, os devaneios e sonhos. Mesmo que a casa não seja por si só um lar (HIGUCHI, 2003; SIEGEL; COHEN, 1991) esta se torna “casa-lar” a partir de vivências que nos permitem formar a ideia de que lá é o espaço onde podemos dormir e sonhar em paz.

A moradia representa uma complexa unidade de análise que atravessa a história da humanidade na sua intimidade/individualidade e de maneira coletiva. A moradia perpassa por aspectos socioeconômicos, sociais, geográficos, temporais, morais e psicológicos. A moradia representa um mundo onde acontecem as relações interpessoais (laços familiares, vizinhança e coletividade) e a maneira como pessoas se comportam neste ambiente. Da moradia mais simples à mais sofisticada ou excêntrica, estarão sempre as marcas da vivência humana, quer seja em forma material ou simbólica, conforme Bachelard (2008, p.84) quando informa que há sentido em “ler uma casa” que é “um estado de alma”.

Tuan (1983) afirma que lar é um lugar que gera intimidade, e as lembranças que trazemos da infância na memória tem cheiro e sabor, não exatamente pela estrutura da moradia ou prédio em si, mas pelos elementos que o compõe. O autor apresenta os tipos de moradia construídos em diferentes culturas e ao longo da história da humanidade, argumentando que o *status* de uma pessoa é percebido de acordo com o tamanho e localização de sua moradia, onde o ambiente nos revela e ensina sobre a ordem social e que a moradia representa parte de nós mesmos. Na mesma perspectiva Higuchi (2003) em seu estudo sobre a socialidade presente na estrutura física da casa concluiu que as transformações da aparência arquitetônica da casa representavam conceitos que os moradores tinham sobre si mesmos, sobre os outros moradores e suas posições sociais eram manifestadas pelas conquistas materiais.

A moradia se apresenta como uma referência subjetiva, entendendo que possuir uma moradia, casa ou lar, é ter um referencial de mundo. Neste sentido, entende-se que as pessoas podem perder suas referências de ser e estar no mundo, por não possuírem um lugar com

condições mínimas e adequadas para morar. Nesta direção, Santos e Duarte (2002) em estudo sobre “população de rua” assinalam que pessoas que enfrentam a realidade da não moradia e vivem literalmente nas ruas, sofrem dois tipos de exclusão a social e a espacial e constroem “casas invisíveis” com caixas de madeira ou papelão e cobertas, demarcando territórios a fim de assegurar sua integridade psíquica, por outro lado, sujeitos que têm uma estrutura psíquica comprometida podem perder suas referências.

De um ponto de vista antropológico, DaMatta (1985) mostra que se pode fazer uma leitura da sociedade brasileira como categoria sociológica, através da análise da casa, rua e “outro mundo”, onde estes espaços não são antagônicos, mas, complementares. Destaca a casa como um lugar privilegiado, que representa intimidade e privacidade para as pessoas, que os lugares dentro dela têm funções definidas, como por exemplo, o quarto que serve para dormir, a sala para receber visitas, a cozinha para preparo das refeições, etc. Esses espaços materializados em diferentes formas têm a casa que representa intimidade, a rua que representa liberdade e o “outro mundo”, o cosmos, que representa o transcendental. O autor aponta, ainda, que há coisas que podemos fazer somente dentro da casa e não na rua, pois a casa também designa entidades morais, domínios culturais, formada por pessoas que têm um laço de sangue ou outros motivos. A casa recebe e reúne as pessoas ou as expulsa para o “olho da rua”. O autor destaca ainda que a casa como moradia tem seus aspectos físicos, morais, sociais e psicológicos que podem ser comparados a sociedade em que se vive. E o importante é o relacionamento e as transformações que acontecem dentro da casa, na rua ou em “outro mundo”, que podem ser comparados com a sociedade. Assim como a casa, a sociedade abriga pessoas com várias características e diferenças na visão de mundo, sentimentos, emoções, pensamentos e comportamentos que se entrelaçam, se movimentam e se transformam de acordo com suas divisões.

Elali (2006) descreve a habitação como um ambiente que serve para ligar ou unir as pessoas, tempos e elementos pertencentes ao contexto socioambiental e faz uma análise a partir dos aspectos culturais, significados de moradia, relações afetivas, apropriação, satisfação residencial e qualidade de vida. A autora realizou um estudo que considera a urgência e necessidade de apresentar ferramentas que auxiliem na diminuição das questões relacionadas à moradia e que se faz necessário compreender a forma como pessoas se apropriam do ambiente levando em consideração também aspectos subjetivos, pontuando a importância de um esforço multidisciplinar.

Esses estudos nos mostram que a moradia apresenta aspectos subjetivos que são transmitidos através da cultura e nas relações interpessoais e remete a uma expressão psicossocial, como produto e condição da sociedade, fazendo parte de sua produção e reprodução (OLIVEIRA; COSTA, 2007; WIESENFELD, 2001). A maneira como as pessoas produzem e constroem suas moradias na sociedade reflete em parte suas condições socioeconômicas e culturais, além de aspectos pessoais. Todos esses aspectos subjetivos são materializados na construção da moradia. Ressaltamos alguns tipos de moradias que se apresentam nas cidades como forma de organização espacial e social de acordo com o contexto social, cultural, político, econômico e geográfico.

No Brasil, os estilos das casas remetem à descendência dos seus habitantes que vieram de diversos países como Polônia, Croácia, Itália, Alemanha, Japão e outras regiões onde aconteceram guerras, conflitos sociais, problemas econômicos ou em alguns casos catástrofes na natureza como terremoto, furacões ou tsunamis. Essas são algumas circunstâncias que de alguma forma forçaram seus habitantes a mudarem de país e para se sentirem em casa construíram moradias que lembrassem seus países de origem. Os tipos de moradia estão relacionados à forma de percepção do indivíduo (gostos, preferências, crenças e valores) e conhecimento de mundo.

Em 1978 o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou uma tipologia de casas, normatizando o que havia de típico em cada lugar. No Norte do país, especificamente na Amazônia, este compêndio caracterizava um tipo de moradia, a casa de várzea que reflete a adaptação das moradias ao relevo, à hidrografia e ao clima. Em sua descrição, pontuava que tais casas geralmente seriam casas de madeira de lei ou palmeiras para evitar o rápido apodrecimento, retiradas da floresta, médias ou pequenas, com assoalho alto para proteção na época da enchente dos rios, do calor excessivo. A localização das casas seria em terrenos limpos pelos moradores com quintais onde seriam cultivados vários tipos de árvores frutíferas como mamoeiro, abacateiro e bananeira para sustento da família, tendo inclusive o cultivo de hortas e criação de galinhas que serviriam de alimento. Dependendo das condições econômicas do morador, a casa poderia possuir desde três cômodos (um quarto, uma sala e uma cozinha) ou mais e alguns “móveis” como mesas rústicas, bancos improvisados feitos de caixote e o que não pode falta no quarto para dormir é a rede (típica da região por servir também para balançar e aliviar o calor). Outro tipo de moradia lembra as construções urbanas, ou seja, casas de alvenaria com cômodos amplos, com terraço, as salas

de visita mobiliadas com sofás e estante, cozinha revestidas de azulejo e nos quartos os móveis adequados, ou seja, camas e armários.

A descrição parte do pressuposto de uma Amazônia homogênea, isto é, de vilas e comunidades interioranas. As cidades - capital ou interior, já possuem características muito semelhantes a qualquer espaço brasileiro. Embora ainda existam casas na cidade e nas comunidades de Unidades de Conservação que atendam a essa descrição, há uma grande diversidade no tipo de material de construção e arranjo interno. As casas de madeira, por exemplo, são cada vez menos presentes, seja pela dificuldade de acesso às madeiras devido à restrição pela legislação ambiental, seja pela facilidade e relativo custo menor dos materiais de alvenaria presentes no mercado (HIGUCHI; CALEGARE; FREITAS, 2013). Essa descrição diz respeito a uma geografia de terra firme, onde está o ciclo das cheias e vazantes do rio que não causam problemas.

De acordo com o IBGE (ibid), um segundo tipo de moradia da região está localizado na terra de várzea (área alagadiça) onde as pessoas constroem suas moradias altas para proteger-se das enchentes. No compêndio do IBGE (1975), há referência a moradias flutuantes, isto é, casas construídas em troncos que flutuam na beira do rio. Tal construção, embora não tão numerosa como as construções fincadas na terra, é um tipo de moradia amazônica bastante popular em vilarejos e cidades pequenas nas zonas rurais, conhecidas como localidades do interior.

Esse tipo de moradia retrata formas particulares de posse e apropriação daquelas que ocorrem em terra. Salvo melhor conhecimento, a literatura é escassa nesse tema, seja para fomentar o debate em torno da posse e propriedade, seja em termos subjetivos do que representa morar e viver numa base que se desloca e por isso existir, o tipo do uso social e organização do lugar sejam distintos. Bourdieu (2003) pontua que o fato de a moradia estar assentada em diferentes características geofísicas, esta estará sempre atrelada à questão do domínio simbólico, ou seja, na ausência ou impossibilidade de ter uma moradia em terra, é possível apropriar-se de um lugar não material, mas simbólico como lugar de moradia. Porém pouco se sabe como ocorre esse processo; como seus ocupantes se definem e se distinguem dos demais cuja habitação se firma na água e não na terra.

### 1.3 Significados e identidade de Lugar

Há uma variabilidade conceitual dos termos significado e identidade de lugar na literatura. No entanto, o uso dos termos significado e identidade estão implicados, não há como estudar o espaço e lugar sem compreender a significação destes para o sujeito e entender quem ele é nas inter-relações desenvolvidas em seu contexto. O termo significado de lugar muitas vezes é usado para expressar o sentido ou a maneira como as pessoas percebem e vivenciam sua relação com a realidade no seu contexto social ou cultural.

Higuchi (2009) e Calegare e Higuchi (2013), num estudo sobre significados de lugar que foram atribuídos por moradores de Reservas extrativistas e floresta nacional do estado do Amazonas, concluem que o espaço demarcado como área de conservação é acima de tudo para os moradores, um espaço de vida construído através das funcionalidades e sentidos que eles deram àquele lugar. Este sentido foi reforçado pela história vivida no local e seus significados da relação com a terra, com os recursos adquiridos da natureza e com as pessoas que conviveram naquele lugar e o forte sentido das relações de parentesco, todos estes aspectos resultaram no sentimento de pertencimento ao lugar e no compromisso com o cuidar e respeitar o ambiente.

Os significados e simbologias identificam as pessoas, na maneira que organizam seus lugares de suas moradias de acordo com a cultura local, revelando os modos de vida dos seus habitantes, sua organização material e estrutural interna e externa, os tipos de mobília e sua disposição espacial, a entrada como lugar de passagem e encontro entre dois espaços fala dos movimentos e das relações sociais (BOURDIEU, 2003). Até mesmo a função de um único elemento espacial – a porta, pode revelar sobre aspectos da cultura, percepção e comportamento em relação às suas representações psicológicas conforme proposto por Cavalcante (2004).

Maheirie (2002) apresenta, a partir da ótica fenomenológica de Sartre numa perspectiva ontológica, que o entendimento sobre significado e identidade está correlacionado com o conceito de consciência, pois Sartre não utiliza o termo identidade de uma maneira específica. Porém, a partir de uma multiplicidade de significados e que as significações podem ser notadas em cada ato do sujeito e como ser significante que vivencia o mundo, produzindo significados de acordo com suas emoções e afetos. A subjetividade é manifesta de acordo com a história de vida (individual e coletiva), o cotidiano e momento histórico (passado, presente e futuro), nunca de maneira acabada, mas aberta a novas possibilidades de significações. Desta forma, o sujeito se constitui ou se constrói através das significações do

seu contexto histórico e social e nas dimensões subjetivas e objetivas (materiais). Fischer (s/d) reforça que, sob um olhar psicológico, nenhum espaço é vazio de significado e que todo o território é um espaço que, a partir da nossa posição de centralidade, podemos atribuir valor social e cultural, apontando relações de exclusão ou de inclusão numa oposição fora-dentro.

A identidade apresenta múltiplos conceitos em diferentes áreas na busca do entendimento sobre quem somos. Esta indagação não é atual, mas mesmo assim continua causando inquietações teóricas (LIMA; CIAMPA, 2012). Identidade de lugar é parte integrante da identidade pessoal e social formada a partir da interação da pessoa com seu entorno físico e social. Refere-se a um conjunto de elementos biológicos, psicossociais, culturais e físicos que integram a formação de um processo dinâmico e mutável ao longo da vida, pois depende das vivências, expectativas, desejos e necessidades de cada pessoa. Ponte *et al.* (2009) ampliou e possibilitou a discussão sobre a formação da identidade de lugar numa visão histórico-cultural, salientando que se deve levar em consideração os espaços, lugares e não-lugares, na ampla mobilidade das pessoas entre lugares no século XXI que apresentam novas possibilidades de existências e transformações identitárias.

Twigger-Ross e Uzzel (1996, citados por Mourão e Cavalcante, 2011) partindo dos significados e do papel que os lugares desempenham no aspecto emocional, destacaram a relação entre identidade e lugar que ocorre pelos princípios da: a) Distinção (estilo de vida próprio dos habitantes daquele lugar); b) da Continuidade (lembrança de vivências significativas que serviram de referência); c) da Autoestima (avaliação de si e do grupo que faz parte influenciado pelo prestígio do lugar onde vive/trabalha/estuda) e d) da Eficácia (características ambientais que facilitam a atuação da pessoa na tarefa atribuída). Fischer (s/d) já mostrara a respeito de significado dos lugares afirmando que os significados são construídos socialmente nos espaços e lugares e da mesma maneira que eles nos condicionam, nós nos condicionamos a eles. Proshanski, Fabian e Kaminoff (1983) ressaltam que a função da identidade de lugar é proporcionar uma base às adaptações e modificações que sofrem nossa identidade pessoal.

Mourão e Bonfim (2011), ao discutirem identidade de lugar, apontam estudos relacionados à urbanidade. A identidade de lugar urbana (ISU), uma subestrutura da identidade social espacial, se refere à identificação social de indivíduos e de grupos sociais que pertencem a uma categoria urbana (área, bairro, cidade, condomínio, prédio...) tanto para o sentimento de pertença (afiliação) quanto para a diferenciação dentro de uma coletividade. Parte de uma identidade social que se relaciona com um ambiente urbano e que significa

possuir determinadas características comuns ao grupo que nele vive (MOURÃO; BONFIM, 2011; VALERA; POL, 1994). Nesse sentido, a ISU possui as seguintes dimensões: a) Territoriais – limites geográficos; b) psicossocial – imagem que o grupo social faz de suas características típicas; c) temporal – história que une o grupo social pelo fato de compartilhar o mesmo lugar; d) Social – estrutura social e hierarquia simbólica do espaço; e) ideológica – valores e cultura expressos nas formas espaciais.

Lopes (2002), referindo-se ao estudo da identidade, considera que as mudanças e crises que acontecem na sociedade vão permitir um repensar sobre as transformações também na identidade do sujeito, compreendida em sua relação com a sociedade, comunidade e ambiente, gerando uma crise e possibilitando uma reflexão, produzindo inquietações e descontinuidades capazes de impulsionar o sujeito à ação e tomada de consciência, permitindo metamorfoses na identidade.

Desta forma, a formação da identidade pessoal e social é um processo complexo e dinâmico que abarca dimensões físicas além daquelas tradicionalmente apontadas como as características biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Em todo o nosso desenvolvimento, é preciso estar em algum espaço e lugar, material ou simbólico, e nossa moradia tem uma importância significativa enquanto espaço de produção de sentidos, enquanto memória espacial, sem a qual não poderíamos considerar que existimos, não importando o tamanho ou estilo da arquitetura estrutural, onde vivenciamos momentos que marcam nossa história e de outros.

O desafio deste estudo foi compreender os significados e a identidade de lugar que os moradores de casas flutuantes têm de moradia e como essas noções implicaram na formação das suas identidades pessoal e social. O marco teórico que fundamentou nosso estudo se insere numa abordagem psicossocial do ambiente a partir da relação pessoa-ambiente que vem sendo estudada como campo da Psicologia Ambiental.

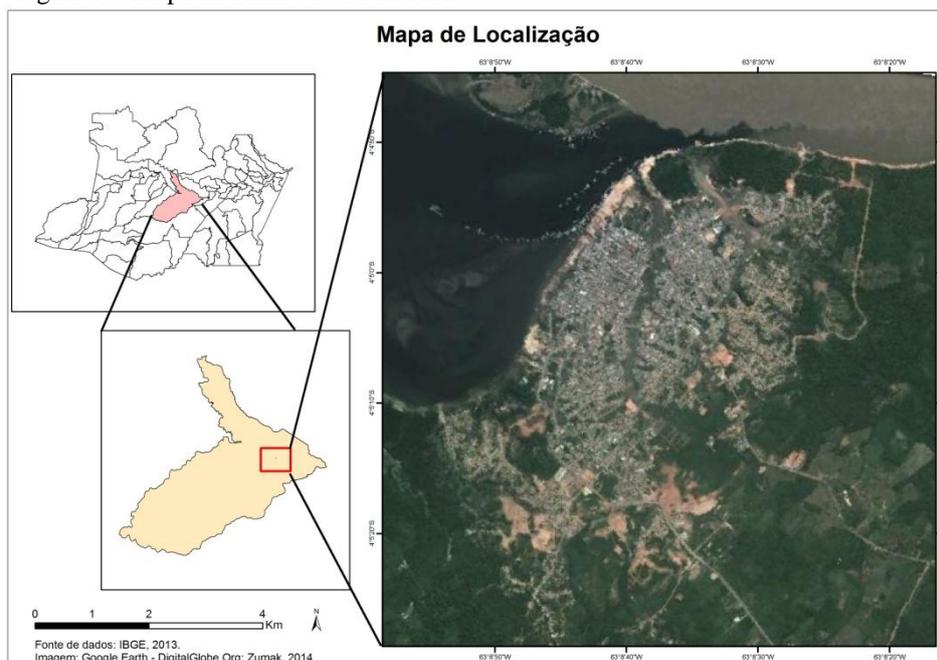
## 2 AMBIENTE FLUTUANTE COMO LUGAR DE PERTENCIMENTO

A casa converteu-se num ser da natureza. É solidária com a montanha e com as águas que trabalham as terras.

(BACHELARD, 2008, p. 41).

O lócus dessa pesquisa foi a área urbana do município de Coari no Amazonas. Situa-se a 463 km da capital Manaus (via fluvial) e 363 km (linha direta) limita-se ao norte com município de Codajás, ao sul com o município de Tapauá, a leste com o município de Anori e a oeste com o município de Tefé. Suas características geográficas conforme IBGE (2010) são: Área: 57.921,906 km<sup>2</sup> e População: 75.965 habitantes, sendo 65% de habitantes na área urbana 35% na área rural.

Figura 1 – Mapa da cidade de Coari-AM



Fonte: Google Earth, 2014.

O estado do Amazonas é formado por 62 municípios, sendo a capital Manaus. No interior do Amazonas, a concentração da população total de acordo com IBGE (2010) está em 3.483.985 habitantes dos quais 2.755.490 (79,09 %) pessoas estão localizadas na zona urbana e 728.495 (20,91 %) pessoas na zona rural. Tanto a capital quanto a maioria das cidades estão localizadas às margens dos rios e com a crise do extrativismo perderam sua dinâmica econômica (OLIVEIRA, 2006), sendo esta a principal razão de as pessoas migrarem para a capital em busca de oportunidades.

Há uma peculiaridade na região amazônica diante da divisão administrativa tradicional do país. O fato de a área rural estar relacionada com a produção agropecuária é apenas um detalhe tendo em vista que, na Amazônia, grande parte das áreas é de floresta nativa e alguns aglomerados se estabeleceram em longínquas distâncias cujo meio de acesso é, não raro, apenas por via fluvial. Outras áreas rurais estão protegidas como áreas de conservação ou terras tradicionalmente ocupadas como áreas indígenas, quilombolas, etc.

## **2.1 Características físicas da cidade flutuante**

Coari é considerada a quarta cidade mais rica do Norte brasileiro (IBGE, 2010) e, como as demais cidades amazônicas, não está totalmente isolada das tecnologias da modernidade, tendo acesso a informações por meio de telefonia fixa e móvel, televisão, rádio e internet, mesmo que precárias. Porém, apesar do fato de ter um índice de quarta mais rica da região, a cidade carece de serviços básicos de saúde, educação, infraestrutura, oportunidade de trabalho e acesso à moradia. No quesito moradia se percebeu não só os problemas sociais de qualidade estrutural das residências, mas também e principalmente, os direitos de propriedade.

No Amazonas, existe a particularidade de o estado possuir grande extensão territorial, conhecida anteriormente como “terra de ninguém”, porém houve períodos de intensa migração, um dos mais conhecidos foi a conhecida “Fase Áurea de Manaus” (1890-1912) por causa do ciclo da borracha (MIGUEIS, 2011) e o “boom” da Zona Franca de Manaus a partir dos anos 60, caracterizado pela isenção fiscal, trazendo, assim, diversas fábricas de eletroeletrônicos, oferecendo possibilidades de emprego na capital, porém não representou desenvolvimento nos interiores do estado (SOUSA, 2011).

Na cidade de Coari, a partir da construção do gasoduto Coari-Manaus em 1996 (SOUSA, 2011), grande foi a procura por empregos e melhoria na qualidade de vida da população da cidade e de comunidades próximas, municípios e outros estados. As populações amazônicas criaram expectativas de desenvolvimento econômico e social. A cidade, porém, na área de moradia, não apresentou condições físicas e espaços suficientes e estruturados para acolherem quem estava chegando. Os moradores locais então começaram a ampliar suas residências, principalmente a parte superior, onde construíam quartos e alugavam por valores exorbitantes, chegando a R\$ 1.000,00 o aluguel de casas com um único cômodo (kitinetes).

Segundo relatos, os proprietários entendiam que seus ocupantes seriam funcionários de empresas multinacionais que ganhariam bons salários.

Seguindo o raciocínio do desenvolvimento local, pessoas, principalmente, vindas de comunidades próximas e outros municípios, mesmo sem qualificação profissional ligada aos interesses das empresas que estavam se instalando em Coari, chegavam em busca de melhoria da qualidade de vida. Entretanto, como algumas não encontravam colocação profissional e lugar para morar, ou por não possuírem condições de pagar aluguel em terra firme, muitas começaram a morar em flutuantes alugados ou construídos por elas mesmas.

Como em outras partes do planeta, na Amazônia, a casa representa muito mais do que uma estrutura física, mas um elemento de manifestação do seu ocupante (HIGUCHI, 2008). Nesse sentido, temos tanto casas rústicas construídas com materiais provenientes da floresta (palha e troncos de madeira) quanto prédios com estrutura e estética arquitetônica moderna das grandes cidades. Tanto na capital quanto nas cidades do interior as casas seguem um tipo físico que depende muito do relevo onde está construída (HIGUCHI; FREITAS; HIGUCHI, 2013). O relevo amazônico pode ser dividido em três grandes sítios: terra firme, encosta e baixio (várzea).

As áreas de terra firme se localizam em patamares mais elevados da planície amazônica e ficam livres das alagações; a encosta também conhecida como tesos ou terraços alaga somente no período das cheias, e os terrenos de várzea ficam em geral inundados na maior parte do tempo, de 8 a 10 meses por ano por causa da enchente dos rios (MIGUEIS, 2011).

As casas de terra firme e encosta lembram estruturas muito comuns em todo o Brasil. No entanto são nas áreas de baixio, várzea ou margens dos rios que se sobressaem com diferenças próprias da Amazônia. Nestes lugares alagadiços, as casas foram construídas com madeira, tendo a base sustentada por pilares para garantir que não sofressem com as cheias das águas. Em alguns casos, essas estruturas de assoalho são móveis.

As estações do ano no Amazonas são divididas em dois períodos, conhecidos como cheia ou enchente e seca ou vazante. Tanto na época da enchente ou seca os moradores de casas flutuantes mais próximos da orla para saírem de casa e terem acesso a locais externos que atendam a necessidades básicas como alimentação, ir à escola ou ao trabalho utilizam transporte fluvial, como a canoa ou catraia para chegarem até as passarelas de madeira ou “marombas”, que são construídas pelos próprios moradores. Geralmente são duas a seis tábuas de qualquer tipo (medindo 20 cm de largura, aproximadamente), algumas cercadas por

ripão, como se fossem corrimão para se segurarem. Outras “marombas” não têm essa proteção, elas ficam acima das águas até a seca ou vazante e, quando o nível da água vai subindo, sobem também as “marombas” (Figura 2A).

No período da seca ou vazante, as casas flutuantes podem até ficar em cima da terra (caso não queiram se afastar da orla), mas também ficam mais distantes da orla, podendo a distância chegar a mais de 30 metros e tendo que caminhar em cima de lixos e dejetos depositados na época da enchente (Figura 2B).

Figura 2 - A) “Marombas” construídas na época da cheia; B) “Marombas” na época da seca em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

As casas sobre os rios que margeiam a vila ou cidade é um aspecto tipicamente amazônico, essas casas são conhecidas como flutuantes. Para quem não teve a oportunidade de visitar ou desconhece a geografia do lugar, ao se deparar com a paisagem do rio e a imagem das casas, é como se estivessem literalmente sobre as águas, tem a impressão de estar contemplando um quadro vivo, seja pela particularidade do lugar ou a maneira que as pessoas nativas encontraram de ocupar esse espaço e se sentirem parte dele ou de ele fazer parte da realidade delas.

Como relata Oliveira (2008), a hidrografia na Amazônia influencia de certo modo a morfologia da cidade, configurando a parte urbana e rural. Desta forma, a cidade foi sendo modificada com a chegada de casas flutuantes, onde qualquer pessoa ou família podia chegar mesmo sem pedir permissão, conforme relato de moradores, e ocupar o espaço líquido. É como se as águas correntes dos rios trouxessem as pessoas, e as pessoas se deixassem ser levadas. Coari serve como cenário desse tipo de moradia onde a vida acontece naturalmente.

### 2.1.1 Localização das moradias flutuantes

As primeiras casas flutuantes de que se tem notícia na literatura são apresentadas por Souza (2011) citando a experiência de Paul Marcoy na vila de Coari no ano de 1847 que descreve as casas que não eram construídas em terra, mas apoiadas em jangadas ou em balsas em cima das águas, pois serviam como proteção no período da enchente.

Ao chegar à cidade de Coari por via fluvial, que pode ser de barco, lancha rápida, canoa ou outra embarcação, é impossível não se deparar com a imagem de uma cidade flutuante, várias casas ao longo da orla, conhecida também como Lago de Coari, uma área de cerca de 740 Km<sup>2</sup>. A área dos flutuantes começa desde o bairro conhecido como Pera, separado dos demais bairros da cidade por uma única ponte de madeira que mede aproximadamente 200 metros e termina no bairro recente (antes uma ocupação espontânea conhecida como “invasão”) chamado de Nazaré Pinheiro. As casas flutuantes na cidade de Coari estão distribuídas na extensão do rio Solimões, numa área de aproximadamente 4 Km, segundo informações da Secretaria de Infraestrutura da Zona Rural tanto na frente quanto do outro lado do rio, conhecido como médio Solimões (Figura 3).

Figura 3 – Orla da cidade de Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura da Zona Rural efetuado no mês de Maio de 2013, existiam cerca de 132 unidades domésticas flutuantes, sem contar com os flutuantes comerciais. Este número é aproximado, levando-se em consideração que essas moradias são móveis, e, por algum motivo, seus ocupantes decidem mudar para lugares mais distantes ou apenas irem para outro lado do rio. Essa movimentação da moradia flutuante é feita por barcos chamados de rebocadores. O custo dessa movimentação, no

entanto é dispendioso, a partir de R\$ 50,00 o trecho de aproximadamente 50 metros tornando-se impraticável para os moradores que têm um baixo poder aquisitivo (Figura 4).

Figura 4- Casa flutuante sendo transportada por barco rebocador em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

As casas flutuantes estão sediadas tanto na margem direita quanto na margem esquerda do rio que banha Coari. A distância até a margem depende do ciclo das águas. Na época da cheia, as casas flutuantes distam de 2 a 5 metros, enquanto que, na época da vazante, pode chegar a mais de 30 metros de distância. As casas estão aglomeradas na orla e a distância comum entre elas é de pouco mais de 3 metros. A distância entre as casas, de forma geral, está associada aos laços de parentesco entre os ocupantes, isto é, tanto menor a distância quando mais próximo for o parentesco ou amizade (Figura 5).

Figura 5- Casas flutuantes em frente a orla de Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R. 2013.

Os aglomerados flutuantes na orla frontal de Coari têm, pelo menos, três décadas. De acordo com um dos moradores mais antigos, Sr. José (nome fictício), que se considera o primeiro morador de casa flutuante da orla de Coari, tudo começou em 09.11.1983. Segundo ele, só existiam no local três flutuantes comerciais.

### 2.1.2 Características das moradias flutuantes

À primeira vista, uma casa flutuante não é tão diferente de uma casa em terra, a não ser por esta estar localizada em cima da água. As casas flutuantes são geralmente feitas de madeiras diversas, sendo cada espécie apropriada para um fim diferente. Segundo Sr. Manoel (nome fictício), a piranheira<sup>3</sup> é apropriada para fazer as vigas (como as colunas de uma casa de alvenaria). A madeira mais comum para as boias ou suporte da casa é o assacu<sup>4</sup> e, para as paredes, usa-se muito a madeira gitó<sup>5</sup> (Figura 6).

Figura 6- Casa flutuante em construção em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

<sup>3</sup> Nome científico - *piranhea trifoliata* Baju *Euphorbiaceae*. Madeira altamente resistente aos fungos e insetos, sendo muito utilizada na construção civil em vigamentos, postes, etc. Geograficamente é encontrada nas várzeas e margens de rios inundáveis, como os da Amazônia (REMADE – Portal Nacional da Madeira. Disponível em: <[http://www.remade.com.br/br/madeira\\_especies.php?num=431&title=Madeiras](http://www.remade.com.br/br/madeira_especies.php?num=431&title=Madeiras)>. Acesso em: 04 jul. 2013).

<sup>4</sup> Tipo de madeira com baixa resistência ao apodrecimento, cientificamente conhecida como *Hura creptans* L, é empregada na construção civil para forros, obras internas, etc. A tora desta madeira é vendida como boia para flutuantes (RAMOS; F. de S. *et al.*, 2010).

<sup>5</sup> Tipo de madeira moderadamente pesada, encontrada nas matas de terra firme e também nas várzeas do Amazonas e Pará, Antilhas, Guianas e também nos países da fronteira. Utilizada principalmente na carpintaria e marcenaria, em postes e pilares. Conhecida no meio científico como *Guarea trichilioides* L.(MADY, F. T. M. Disponível em: <<http://www.leaonet.com/conhecendoamadeira/madeira/index.php?id=37>>. Acesso em: 04 jul. 2013).

A estrutura da casa tem uma base de suporte submersa chamada ‘poita’ (um tipo de ancora), que podem ser feita com latas grandes (como as de tinta) ou até mesmo uma geladeira velha cheia de cimento endurecido. As boias são amarradas em cabos de aço ou cordas grossas geralmente quando está na época da seca ou vazante do rio. Nessa época, quando a casa fica assentada na lama, permitindo aos moradores se locomover de “pés enxutos” até a margem. Na época da cheia, as boias ficam submersas e dão sustentação a casa, protegendo-a dos banzeiros e temporais fortes, já, na seca, as poitas servem como suporte na terra (Figura 7).

Figura 7- Casa flutuante em época de seca em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013

As casas geralmente são pintadas com tintas de pouca durabilidade, de preço baixo e qualidade inferior que desbotam com facilidade por fora e por dentro, outras não apresentaram pintura, levando-se em conta as condições econômicas desfavoráveis de seus moradores e as condições locais (em relação ao contato constante com a água do rio e principalmente em época de enchente). O endereço dos moradores é feito de forma pessoal a partir da descrição da casa e de sua vizinhança. Algumas casas têm numeração, fruto de um esforço da prefeitura local alguns anos atrás, para identificação de seus moradores.

Para maior durabilidade e proteção da casa em época de chuvas fortes ou temporais, as casas possuem vigas parafusadas. Se forem usados pregos estes são facilmente soltos durante uma ventania. Como em toda casa, há necessidade de manutenção permanente, mas, morar em casa flutuante, requer mais cuidado, principalmente do telhado que sofre mais avarias com os constantes ventos da orla (Figura 8).

Figura 8 - Casa flutuante em estado de deterioração em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

Se a estrutura física requer cuidado, este é bem menos intenso do que o cuidado necessário para com as crianças que residem nela, que, quando pequenas, podem facilmente cair na água e se afogarem. Para evitar esses acidentes, algumas casas possuem varandas cercadas e portas com pequenas cancelas, que oferecem um obstáculo apenas aos bebês, mas que pouco servem para a curiosidade e exploração própria da criança. A maioria dos pais ensinam as crianças desde a mais tenra idade (a partir de um ano aproximadamente) a nadar, como uma maneira de autodefesa da criança, bem como uma forma de lazer e diversão.

Os flutuantes encontrados no município de Coari foram classificados em três tipos: os comerciais, os residenciais e os de dupla finalidade comercial/residencial. Os comerciais podem ser de venda de castanhas, açaí e outros frutos regionais, oficina de embarcações fluviais, posto de gasolina, fábrica de gelo, frigorífico e até bares, para citar alguns (Figura 9).

Os de dupla finalidade servem tanto de moradia quanto oportunidade de geração de renda e trabalho como é o caso daqueles que são guardadores de pequenas embarcações fluviais, como botes, canoas e barcos de moradores de terra. E há aqueles flutuantes que servem apenas de moradia que abriga pessoas, sonhos, histórias e vivências (Figura 10).

Figura 9 - Flutuante tipo comercial em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

Figura 10 – Flutuante tipo residencial em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

As casas flutuantes, como relataram os moradores mais antigos, não necessitavam e nem necessitam de documentos de posse ou propriedade por se tratar de um “espaço líquido” considerado público e sem dono, então quem comprou ou construiu sua casa flutuante se considerava o dono de fato.

Como já mencionado, as leis brasileiras não consideram o espaço líquido e o uso da água tanto em zonas rurais ou urbanas quanto lugares a serem ocupados. Em termos jurídicos existentes sobre a posse das águas, encontra-se amparada no item III do Artigo 20 da Constituição Federal de 1988, que relaciona como bens da União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio...”.

As águas dos rios não apresentam uma preocupação jurídica em nível nacional para sua ocupação, e a Lei Federal vigente nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, dispõe somente sobre a regularização fundiária das ocupações em terra situada em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

A parte interna das casas geralmente possui de um até quatro cômodos e podem ter até dois andares (Figura 11). O tamanho e estilo das casas dependem das condições financeiras do morador. Em Coari, segundo os moradores, pode-se encontrar casas flutuantes avaliadas em R\$ 1.500,00 com um único cômodo. De modo geral as casas têm um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro (sem vaso sanitário e sem chuveiro, pois os dejetos são jogados diretamente no rio). Chuveiro, via de regra não existe, pois se toma banho direto no mesmo rio, no tradicional banho de “cuia”.

Figura 11 – Casa flutuante com dois andares em Coari-AM



Fonte: Tiago,E.R., 2013.

A parte externa, que é bastante limitada pela área do flutuante, possui laterais para movimentação e espaços de plantio, depósito ou para atividades complementares. Na maioria das casas flutuantes, não há espaço para quintal, mas alguns moradores, usando a criatividade, plantam mudas frutíferas ou estéticas em vasos, caixas ou latas. Em alguns casos, podem-se encontrar hortas e pomares com árvores de médio porte que foram plantados no próprio tronco de flutuação (Figura 12).

Alguns moradores conseguem uma área para criação de galinhas e patos. É comum também ter animais de estimação como gatos e cachorros na área externa. Os cães que, por ficarem amarrados, servem de vigias bravos que protegem o patrimônio e seus moradores.

Nestas casas, dificilmente há queixas de assaltos ou roubos. A queixa maior se dá pelas causas naturais como banzeiros e temporais fortes.

Figura 12- Casa flutuante com horta e árvores em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

### 2.1.3 O processo de formação da localidade flutuante

Não há registros precisos da formação da localidade onde o estudo foi realizado, mas é notório que os habitantes de áreas do interior sem acesso aos benefícios públicos se cansaram de tal situação e migraram para as cidades. Observou-se pela narrativa dos entrevistados que comunidades chegaram a desaparecer (Igarapé do Moã) por conta da saída das pessoas em busca de melhores oportunidades.

Famílias começaram a chegar pouco a pouco na orla da cidade de Coari, formando uma localidade flutuante há mais de 30 anos. Muitos dos moradores de flutuantes estão nessa condição, sem dinheiro, sem emprego, sem qualificação e com grande número de filhos, restando-lhes, porém, morar em flutuantes.

Os moradores de casas flutuantes em sua maioria (93%) são provenientes de comunidades, vilas e igarapés pertencentes ao município de Coari, e o restante (7%), de outros municípios próximos como Codajás e Tefé.

É possível correlacionar os motivos da vinda dos moradores para a localidade flutuante em função das condições e perfil socioeconômico dos responsáveis pelos flutuantes em razão da formação educacional (Tabelas 1) e ocupação profissional (Tabela 2) direcionando-os a busca de melhorias para a família.

A escolaridade apresentada pelos participantes mostrou que a grande maioria tinha o ensino fundamental incompleto (74%), 10% tinham no ensino médio incompleto ou EJA, e os demais 16% não haviam frequentado escola ou eram analfabetos.

Tabela 1 – Distribuição dos participantes por escolaridade no município de Coari-AM, 2013.

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>%</b>
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	22	74%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ou EJA	3	10%
ANALFABETO ou NÃO FREQUENTOU ESCOLA	5	16%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tiago, E.R., 2013.

A ocupação profissional dos moradores mostra estar relacionada com o gênero. Tendo em vista que a maioria dos participantes era mulher (F= 83% e M= 17%), a ocupação da dona de casa foi a mais citada (57%), seguida por agricultor 10%, aposentado 10%, autônomo 10%, gari 7%, pensionista 3% e pescador 3%.

Tabela 2 – Distribuição dos participantes por ocupação profissional no município de Coari-AM, 2013.

<b>OCUPAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>%</b>
DONA DE CASA	17	57%
AGRICULTOR	3	10%
APOSENTADO	3	10%
AUTÔNOMO	3	10%
GARI	2	7%
PENSIONISTA	1	3%
PESCADOR	1	3%
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tiago, E.R., 2013.

As formas de aquisição das moradias flutuantes dos habitantes entrevistados pertencentes à orla de Coari refletem a ocupação do espaço líquido transformado em espaço de moradia, bem como pontuou Alencar (2004) que “a ocupação da água” consiste na ausência de políticas públicas na área social na região amazônica. Observou-se que não existe nenhum tipo de critério de acesso definido ou formal, quer seja, político, social, de parentesco ou cultural para morar às margens do rio em Coari-AM.

De acordo com os relatos dos entrevistados, foram elencadas duas formas de aquisição da moradia flutuante: 70% aquisição de terceiros (50% compraram, 10% ganharam de familiares ou parentes, 7% tiveram as moradias cedidas para habitar o tempo de que precisassem e 3% trocaram por algum imóvel ou terreno) e 30% aquisição por esforço próprio (casas flutuantes construídas pelos moradores).

Cada forma de aquisição é vivenciada de forma particular, aquele que comprou lhe parece importante relatar quanto custou e quais as benfeitorias precisam ainda ser feitas. Fica evidente, nesse processo, o aspecto monetário, a posse do dinheiro que possibilita as reformas e o conforto necessários.

Para aqueles que construíram suas casas, sobressaiu a maneira como contavam em detalhes a compra dos materiais, o passo a passo da construção, o esforço que fizeram para ir construindo “devagar”, a ajuda que receberam de parentes e de vizinhos, conforme o relato de um dos moradores:

*Nosso esforço mesmo, da gente mesmo, trabalhando de pouquinho, nós compramos e fomos construindo devagar, igualmente quem faz uma casa em terra mesmo, não é. Fomos comprando as boias... aí fomos comprando as boias não é, embaixo, não é. Você sabe como é aqui não é as boias. Aí fomos construindo devagar, até que nós conseguimos.*

Quanto aos motivos da vinda dos entrevistados para ocupar de maneira transitória ou não o espaço líquido, foram distribuídos em duas categorias: motivos familiares (97%) e motivos socioculturais (3%).

Os motivos familiares englobaram sete subcategorias: 1) relacionamento familiar, 2) saúde física na família, 3) educação familiar, 4) perda na família, 5) oportunidade de moradia e 6) melhoria na qualidade de vida da família. Representando, assim, a busca por outros espaços na tentativa de solucionar conflitos internos presentes nas relações familiares (ALVES, 2012).

Quanto ao estado civil dos moradores observou-se que 87% vivem ou em união estável ou são casados e 13% são solteiros, separados e viúvos, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos participantes por estado civil no município de Coari-AM, 2013

ESTADO CIVIL	PARTICIPANTES	%
UNIÃO ESTÁVEL	17	57%
CASADO	9	30%
SOLTEIRO	2	7%
SEPARADO	1	3%
VIÚVO	1	3%
TOTAL	30	100%

Fonte: Tiago, E.R., 2013.

Como motivos familiares relacionados à primeira subcategoria relacionamento familiar, um dos entrevistados relatou:

*Eu vim pra cá, nós viemos no flutuante da minha irmã, assim, era um flutuante maior de que esse, né, só que era dividido em duas casas, pra lá era o dela, pra cá era o meu, aí eu morei mais de 3 anos junto com ela, aí não estava meio certo, aí, nós conseguimos fazer um pra nós.*

Em relação à segunda subcategoria, saúde física, um morador assim define:

*Meu motivo que eu adoeci, né, muito. Adoeci muito. Aí não tinha como eu ficar lá no interior mesmo, né, em casa. Aí foi o jeito eu vir pra cá. Eu sofri uma hérnia e aí essa hérnia quase que me mata, aí eu vim pra cá e aí não tínhamos onde ficar. Aí foi o jeito nós darmos um jeito de comprar esse flutuante aqui pra eu poder ficar aqui.*

Quanto à terceira categoria, revelou-se a preocupação com os estudos dos filhos: *Eu vim pra cá tentar pegar vaga para os meninos, aí eu consegui pra todos cinco, né.*

A quarta subcategoria perda na família, um morador assim mencionou:

*Meu motivo de vir pra cá, porque meu pai morava lá (interior), né, aí minha avó a tempo morreu pra lá e ele ficou com aquela emoção e aí ele veio pra cá, por isso que nós viemos pra cá e até hoje estamos aqui graças à Deus... acho que estamos com uns 10 anos.*

Como quinta subcategoria, um morador declarou ter encontrado, na aposentadoria, a oportunidade de mudança de moradia quando citou: *Aí foi o tempo quando me aposentei e comprei o flutuante.*

E apresentou-se, como sexta subcategoria, a melhoria na qualidade de vida da família, como bem declarou um dos moradores:

*Porque era muito ruim viver pra lá (interior), assim. Passava necessidade, né. Melhorou muito minha situação depois que eu vim pra cá. Sofri um bocado, não é que não tinha trabalho. Fazer*

*que nem aí... foi passando, meu marido fazia catrainha, dava pra gente ir passando, até que um dia Deus abençoou, eu corri atrás dum trabalho e... consegui meu trabalho e agora eu estou muito feliz.*

Como motivos socioculturais está inclusa a subcategoria costumes, onde se observou, na vida dos moradores da região amazônica, a inegável relação destes com o ambiente, alguns não conseguindo se desvincular de instrumentos e materiais que os aproximam e os inserem na vida social da localidade. É o que se pode perceber na narrativa de um dos moradores,

*Foi que eu vendi aquele (flutuante), comprei essa casa em terra, uma casa bem acolá, uma casa bonita em terra, mas não me acostumei. Morei 15 dias, água, luz, banheiro de alvenaria, tudo tinha, não me acostumei de jeito nenhum, porque nós tínhamos canoa, nós temos canoa, nós temos rabeta. Aí eu saí da casa e vendi a casa.*

Nos motivos da vinda dos moradores para o ambiente flutuante, destaca-se a busca de melhores condições coletivas (família) para sair da pobreza, revelando que o modo de apropriação do espaço, o investimento econômico na moradia é a maneira que os moradores encontraram de continuar no ambiente no qual é conhecido por eles e que faz parte das suas vivências sociais e culturais (GUNTHER *et al.*, 2005; PROSHANSKY; ITTELSON; RIVLIN, 1970) .

Este tipo de ocupação é diferente do que Fischer (s/d) estudou sobre tomada de ocupação quando uma pessoa ocupa um espaço que pertence a alguém, e por não estar ocupado é tomado. O espaço das águas é considerado público e de todos, e o seu ocupante possui uma morada e habita um espaço em movimento, pode ser considerado um ocupante nômade, que não tem como comprovar legalmente sua posse, conforme narrativa dos entrevistados por não possuírem documento da casa e muito menos do lugar onde esta se localiza, considerado um espaço não valorizado (FISCHER, s/d) por não apresentar as condições necessárias para moradia como esgoto, água potável, luz elétrica e segurança (por causa dos temporais e banheiros) e ainda por se trata de um espaço pertencente à marinha do Brasil.

#### **2.1.4 Cotidiano nas moradias flutuantes: carências e mobilidade**

A vida diária dos moradores de casas flutuante é diferenciada pelo fato de a moradia estar sobre as águas. Vários fatores favorecem as tarefas cotidianas ao mesmo tempo em que outras são dificultadas. A água utilizada pelos moradores para beber e cozinhar é fornecida

gratuitamente por uma balsa-frigorífico que possui poço artesiano e também vende gelo para os moradores que não possuem geladeira<sup>6</sup>. A gestão pública do município não oferece abastecimento de água para esses moradores, se a casa flutuante fica bem próxima à orla, é possível solicitar o fornecimento da companhia de água e pagar por este serviço. A água do rio serve para todas as demais atividades domésticas, do banho à limpeza da casa, da lavagem de roupa à de vasilhas da cozinha (Figura 13).

De modo geral, todas as casas flutuantes têm luz elétrica, seja de forma irregular (gato) ou como usuário da companhia de eletricidade. Mesmo com o projeto lançado pelo Governo Federal em 2003 – Programa Luz Para Todos, que pretendia alcançar as famílias residentes no meio rural e de baixa renda, ainda assim as moradias flutuantes não se beneficiaram dessa medida. Não tanto pela dificuldade em obtê-la, mas principalmente pelo custo desse benefício. Muitos preferem ter a energia de forma irregular, sem pagar, mesmo com todos os riscos desse hábito. Há casos em que os moradores usam motor de luz próprio para ter energia em casa, outros que preferem não ter esse benefício e usar velas e lanternas para iluminar no escuro.

Figura 13- Mulher lavando roupa em casa flutuante em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

---

<sup>6</sup> O custo da saca de 50 kg de gelo é R\$ 7,00. Segundo os compradores este gelo serve para até quatro dias dependendo do número de pessoas numa residência.

O acesso à casa flutuante pode se dar de duas maneiras, dependendo da época do ano: se for durante a cheia, só é possível por canoa, barco, bote, lancha rápida ou pelas rotas construídas nas “marombas”. O meio de transporte fluvial coletivo mais utilizado para chegar ou sair de uma casa flutuante, caso o morador ou visitante não possua embarcação própria, é a catraia, um tipo de canoa de médio porte (entre 4 a 8m), movidas a motor e/ou remo que é um serviço pago (em média R\$ 3,00 o trecho) e de baixa ou nenhuma segurança (Figura 14). A embarcação serve tanto para transporte de passageiros quanto para frete de mercadorias. Os catraeiros são pessoas conhecidas e fazem esse serviço com alta frequência de qualquer lugar do rio para a cidade.

Figura 14 – Porto das catraias – transporte fluvial para pessoas e mercadorias em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

Ser catraeiro é uma profissão lucrativa para muitos moradores de Coari e principalmente os moradores de casas flutuantes em função da realidade socioeconômica da população de baixa escolaridade e limitações de oportunidade de trabalho e renda. Segundo dados da Associação dos Catraeiros, fundada em 10/10/2008, existem 28 catraeiros associados e aproximadamente 70 não associados. Estes profissionais trabalham diariamente até o entardecer, entretanto, no domingo, em número mais reduzido. Esse transporte só não opera quando chove forte ou tenha fortes banzeiros no rio (ondas por causa das chuvas ou de grandes embarcações).

Observou-se que a maioria dos ocupantes das casas flutuantes atua no mercado informal, fazendo serviços esporádicos ou contínuos, normalmente próximos ao lugar de suas moradias, sendo catraeiros, guardadores de embarcações ou vendedores de miscelâneas.

Alguns são pescadores agricultores, assalariados, pensionistas ou trabalham temporariamente na prefeitura da cidade na área de limpeza. De forma geral, esses moradores desenvolvem atividades de trabalho precário, sem benefícios, sem segurança e pouco rentável. Apesar dessa realidade, os moradores parecem estar conformados, por um lado, devido à falta de qualificação para trabalhos longe do rio, e, por outro lado, pela baixa escolaridade. O grau de escolaridade desses grupos familiares é básico, e os filhos que estudam ainda não chegaram a graus universitários.

Na época de seca ou vazante, o lixo descartado de forma imprópria vem à tona e transforma a paisagem num grande lixão com cheiro fétido dos resíduos e águas servidas das moradias. O que a água encobre na cheia fica evidente na seca. Nessa época, urubus, cães e gatos disputam os restos de alimentos que são despejados pelos moradores e os que vêm da cidade. A prefeitura procura recolher o lixo, com mutirões de limpeza, mas não consegue retirar tudo o que é constantemente depositado, e, conforme relatado pelos moradores, esporadicamente receberam visita da Secretaria do meio ambiente que os orientaram sobre a importância de não jogar lixo doméstico no rio e que depositassem em terra nas lixeiras (Figura 15).

Figura 15 – Período da seca e a visão do lixo depositado na época da enchente em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

Notou-se que as coisas que aparentam ser simples de executar no dia a dia da população terrestre, como ir à escola, ir à igreja ou fazer compras num mercadinho, pode não ser tão simples e nem tão em conta para os habitantes de casas flutuantes que têm como agravantes socioeconômicos o trajeto fluvial e a insegurança física. Por exemplo: Quando na

época da enchente que chove praticamente todos os dias e chuvas consideradas fortes ou torrenciais, somente o uso do guarda-chuva não é suficiente para proteção, pois para ir da casa flutuante à escola e vice-versa, é necessário também o uso de sacolas plásticas para proteção dos cadernos, livros, tênis (muito necessário, pois, na maioria das vezes, a criança ou adolescente só possui um par e a sandália que será usada até a terra firme ou escola quando se dará a troca).

Contudo há um perigo real a ser enfrentado, pois o morador de casa flutuante precisa fazer uso da canoa própria ou catraia para chegar até a terra, então, além do guarda-chuva, das sacolas plásticas, precisa também de uma lata ou balde para esvaziar a canoa e não deixá-la alagar e ir a pique. Assim, alguns compromissos acabam sendo adiados ou cancelados nesta época. Poderíamos elencar outras situações que, aparentemente simples, se apresentam dificultosas para quem habita em flutuantes, como ir a uma festa, casamento ou outro evento formal em época de chuva ou à noite, são situações que demandam rearranjos para acontecerem.

Como qualquer outra área da cidade, as crianças e jovens moradores das casas flutuantes estudam em escolas públicas municipais e estaduais que estão nas proximidades. Morar sobre as águas também sugere possibilidades de mudança de endereço sem mudar da casa onde se vive. É muito comum uma família “levar” sua casa para a orla mais próxima da escola de seus filhos. Isso é devido à dificuldade de locomoção ou para facilitar a vida dos filhos, já que morar sobre as águas tem suas vantagens que a terra firme não permite. Aquelas que estudam em colégios próximos à orla podem ir caminhando, mas as que estudam mais longe necessitavam também do transporte escolar terrestre que é disponibilizado pela prefeitura do município aos estudantes.

Os residentes das casas flutuantes informam que não ter recebido nenhum tipo de auxílio pelo fato de serem moradores de flutuantes ao contrário do que ocorre com moradores conhecidos como ribeirinhos que foram contemplados com o projeto conhecido como “Bolsa Enchente”<sup>7</sup> ou Bolsa Floresta<sup>8</sup>. Segundo informações dos moradores, algumas famílias

---

<sup>7</sup> Política regional para auxiliar as famílias que sofreram com a enchente no Amazonas em 2012, durante a gestão do governador Eduardo Braga (Disponível em <<http://www.senadoreduardobraga.com.br/site/pagina/programa-bolsa-floresta/#.U2BGhijj86Y>>. Acesso em: 01 ago. 2013).

<sup>8</sup> Projeto lançado pelo governo do estado do Amazonas na gestão do governador Eduardo Braga (Lei n.º. 3.135, de 05/06/2007), sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e pela Lei Complementar 53, sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

participam do Programa Bolsa Família<sup>9</sup>. Apesar das dificuldades de habitabilidade, morar em casa flutuante não é visto, segundo os moradores, como uma área que seja alvo de um tipo especial de política pública de auxílio. Dessa forma, é um lugar como outro qualquer de moradia sem ser necessariamente um local de risco ou vulnerável socialmente.

Retomando o pensamento de Tuan (1983) e Fischer (1994), não há como dissociar espaço e lugar, como verificado nos discursos dos moradores de casas flutuantes, estes literalmente ocuparam um espaço e, ao agirem sobre ele – adquirindo por meio de terceiros ou por esforço próprio –, tornaram-no seu lugar de habitação. O desejo de habitação dos sujeitos dá ao rio outro tipo de desenho, forma e os insere na vida espacial e cultural do lugar (HISSA; MELO, 2008).

Corroborando os estudos de Lynch (1999) e Elali (2006) as pessoas se relacionam diretamente com o entorno da localidade, um tipo de ambiente socioambiental e cultural que os une e remete a uma expressão psicossocial (HIGUCHI, 2003; HIGUCHI; KUHNEN, 2011; WIENSENFELD, 2001) tendo sido materializado na forma de moradia flutuante.

Nas palavras de Santos (2004), a partir da movimentação da sociedade, os espaços são transformados e adquirem novos sentidos de acordo com a valorização e usos que lhes foram atribuídos pelos seus habitantes. No caso das moradias flutuantes, estas transformaram e, ao mesmo, tempo atribuíram valores (monetário, emocional e cultural) sem necessariamente ter correspondência com a realidade apresentada e em contrapartida desvalorizaram o local pela forma com que os habitantes se relacionaram com ambiente, descartando o lixo produzido por eles e os dejetos sendo depositados diretamente no rio.

Ittelson, Proshansky, Rivlin & Winkel (2005) pontuam que o comportamento humano está relacionado às necessidades de sobrevivência. Desta forma, os moradores de flutuantes se relacionaram com o ambiente líquido na forma de abrigo, de sustento (BACHELARD, 2008; TUAN, 1983) e de territorialidade, exercendo controle sobre o ambiente a partir do conhecimento da região e da vizinhança (SOMMER, 2002). O surgimento da localidade flutuante marca uma nova “cidadania”, contrapondo-se ao desenvolvimento local, criando e afirmando seu “espaço de identidade” (HISSA; MELO, 2008, p. 306).

---

<sup>9</sup> Programa criado pela Lei Federal 10.836, de 09.01.2004 que integra o Plano Brasil Sem Miséria com gestão compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, que ajuda na renda familiar quando existem crianças na família que frequentam a escola e possuem até 17 anos de idade. Presidência da República (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2013).

A construção da moradia apresentou estreita relação com a constituição dos moradores como sujeito psicológico, a partir de alguns fatores: a maneira com que os moradores foram construindo “devagar”; a dificuldade de sair e chegar a casa, o enfrentamento das intempéries da natureza (temporais); as dificuldades enfrentadas nas estações climáticas do Amazonas (cheia e seca); o movimento do rio e a correnteza forte, sendo assim o reflexo das dificuldades pessoais; as turbulências da vida, e as impossibilidades de acesso a condições de desenvolvimento pessoal e o construir “devagar” a sua existência.

Revela-se, dessa forma, que os aspectos espaciais e físicos se entrelaçam com os aspectos psicossociais (KUHNNEN, 2009; LEITÃO, 2002), onde o lugar de moradia tipifica a condição psicossocial, ambiental e cultural do seu ocupante, portanto parte da formação do sujeito psicológico.

Apesar do aparente caos espacial pela falta de um planejamento na distribuição e na organização das moradias, os moradores da localidade de casas flutuantes têm um conhecimento prático de cada propriedade e dispõem de marcadores personalizados, como cercas, vasos com plantas ou até cordas delimitadoras. Essas demarcações envolvem aspectos funcionais e simbólicos. Os aspectos funcionais dizem respeito às características materiais e físicas da localidade pelo fato de morarem nas margens do rio numa casa flutuante. Simbólicos no sentido dos valores sociais agregados com o status relativo entre os demais habitantes da cidade em diferentes condições de habitabilidade e das demais moradias em semelhante condição de habitabilidade. É na esfera das relações sociais que esses moradores trazem elementos importantes do viver e morar numa determinada localidade.

## **2.2 Organização social dos moradores**

A localidade não expressa necessariamente uma comunidade, uma vez que esta se integra no modelo urbano vigente, onde imperam relações individualizadas, mesmo que, em determinadas ocasiões, os moradores possam se associar em objetivos comuns, como festas, reuniões ou cultos religiosos. Internamente, a organização social dos moradores é, de certo modo, mantida pelas relações de vizinhança, e, externamente, esses moradores passam a se reconhecer como moradores de um mesmo lugar, distinto daqueles que moram em terra firme.

### **2.2.1 O morador de casa flutuante diante do vizinho**

O laço familiar entre moradores é um dos sinalizadores de proximidade física e permissão de acesso nas moradias. Há um envolvimento bastante forte entre os moradores dessas unidades domésticas flutuantes. Não é raro encontrar aglomerados familiares na mesma localidade. No caso de parentesco, os membros que chegaram primeiro e que se adaptaram e encontraram mais possibilidades de melhoria da qualidade de vida (saída das comunidades distantes e acesso a serviços básicos ainda que precários) chamaram seus parentes para morarem no mesmo local, e, aos poucos, foram-se formando pequenos grupamentos familiares. Esses agrupamentos aumentam as possibilidades de ajuda mútua e responsabilidades cotidianas (Figura 16). Da mesma forma, essa proximidade pode trazer conflitos de relações e desentendimentos próprios da família.

Figura 16 – Casas flutuantes mais próximas (lado A) e mais afastadas (lado B) em Coari-AM



Fonte: Tiago, E.R., 2013.

As moradias que ficam mais distantes podem representar a distância necessária dos vizinhos barulhentos que gostam de ouvir som alto (principalmente nos finais de semana). A distância diz também respeito ao medo de uma casa bater em outra na época de temporais fortes. O afastamento físico, desta forma, possibilita para alguns a diminuição do risco de acidente ou menos incômodo e mais privacidade. Essa situação remete a uma experiência distinta, que segundo alguns moradores, existe um lado de tristeza e um lado de alegria. O lado triste seria o sossego/quietude e pelo fato de estarem numa margem distante da terra firme, e o lado alegre seria por causa da música alta que invade as casas sem pedir licença aos vizinhos que em geral são parentes ou amigos.

Na localidade estudada que envolve uma realidade sociocultural e pessoas com condições de moradia singulares, não há uma organização coletiva que represente esses moradores, como uma associação ou grupo. Na ausência de liderança comunitária ou mesmo

religiosa, cada morador parece buscar seu próprio interesse de maneira isolada dos demais. Não há registro de festas ou comemorações coletivas que indique o movimento dos moradores em torno de algo comum de maneira efetiva, o entorno da casa é usado como área de lazer individual ou familiar. Possivelmente a condição de precariedade econômica afete a disponibilidade de festejar.

Não se percebeu nenhuma organização formal, como uma associação de moradores, ou mesmo um líder informal que representasse a comunidade flutuante, nenhuma representação social ou política, ou dito de outra forma, a falta de organização política reflete a ausência de organização social como localidade formal. Uma comunidade sem voz que encontra nas águas um espaço livre para ocupar criando suas próprias regras sociais ou fugindo delas, situando-se em frente à cidade, num movimento possível de se mostrar e querer ser reconhecida e incluída.

Para Alves (2012) o uso do espaço de forma coletiva é uma questão de sobrevivência, num espaço que ao mesmo tempo é público e de ninguém. A moradia flutuante faz parte do imaginário de populações ribeirinhas menos favorecidas economicamente por representar um espaço *de e para* todos, conforme Alves (2012), a Amazônia traz em si a imagem da fartura pela sua imensidão.

A imensidão do espaço fluvial foi sendo apropriada pelos moradores que buscaram um lugar não meramente para contemplação, mas de habitação e, ao se apropriarem desse espaço sobre as águas, foram imprimindo suas marcas visíveis e invisíveis, sendo marcados por ele ao viverem e conviverem com outros que residem na terra firme. Os moradores das casas flutuantes não só se deslocam na orla para viver a vida da terra firme, mas também os moradores de terra firme buscam contato com esses moradores. Há uma intensa rede de comunicação entre esses dois territórios e seus ocupantes. Não há barreiras que separaram de forma vigorosa esses territórios e seus respectivos ocupantes. Há vida social lá e cá, mesmo que com suas particularidades. Porém é nas práticas da religiosidade que essas relações surtem significados mais salientes. De modo geral, as famílias residentes nos flutuantes dizem ter recebido visitas de representantes de igrejas, como padres e pastores, que, eventualmente, dão suporte religioso. Porém tais visitas não são frequentes. Muitos moradores procuram assistência junto às igrejas, enquanto outros solicitam a pregação na localidade. Uma das moradoras narrou que abriu as portas de sua casa para reuniões e celebrações religiosas pela dificuldade de ir à igreja.

*E aí o pastor veio... convidar pra uma... duas vezes já pro culto lá pro outro lado, né. E o padre João Batista já veio três vezes nos visitar também, que ele celebra missa num canto, noutra, também que ele num tem lugar certo.*

*Mana, no meu conhecimento, eu acho que é, olha, porque no meu caso, eu tenho esses seis filhos, um esse de 18 anos ele conseguiu um trabalho pra ele trabalhar através dos padres, agora os padres sempre ajudam a gente né, Através dos padres colocaram ele, ele tá trabalhando ali na rádio Coari.*

Os moradores, para exercerem de maneira prática sua relação com o divino, na forma material e de interação social representada pela ida à igreja, esbarram-se na dificuldade financeira e de acesso, pois, em geral, o morador procura levar toda a família, e as condições de vida não permitem.

Por isso, alguns participantes religiosos que são estimulados nestes grupos à sensibilidade, solidariedade e partilha, conforme Barbosa (2010), além das visitas esporádicas, ajudam como podem os moradores de flutuantes.

### **2.2.2 O morador de casa flutuante diante do poder público**

Os moradores das casas flutuantes, habitantes da cidade se perceberam numa relação muito distanciada dos poderes públicos ao considerar seus direitos de cidadania. Entre eles, observaram-se três formas de entendimento no que concernem suas relações com o poder público (gestores municipais e estaduais): 1) diferenciada, 2) indiferenciada e 3) inexistente.

A forma *diferenciada* remete a percepção dos moradores quanto a alguns fatores que julgam importantes como cidadãos: 1) direito à moradia, cansados das promessas de campanhas eleitorais em relação à construção de moradia em terra, percebem-se como esquecidos; 2) políticas públicas que os incluam como população assistida a serviços essenciais de saúde, pois, ao procurarem por exemplo postos de saúde, se veem num jogo de “empurra” o que segundo alguns, causa constrangimento e fragiliza ainda mais a saúde e se sentem excluídos e 3) a obrigação do voto, mas não a manipulação e pressão com a presença dos assessores públicos (cabos eleitorais) em suas moradias em época de eleição.

Um dos moradores relatou:

*Só no tempo da eleição, né, que aí tem todo mundo aqui sai procurando se possível vendo em casa, procurando se tem gente... depois que passa... acabou-se nem se fala mais no pessoal da beira....*

Se, por um lado, moradores de casas flutuantes se percebem sendo tratados de maneira diferenciada por questões de cidadania ou falta dela, por outro, alguns moradores entendem

que a forma de tratamento pelo poder público é *indiferenciada*, não havendo demonstração de discriminação em relação ao restante da população, é o que se percebe na fala de um dos moradores quando diz: *Porque nós somos todos iguais*.

Ainda há aqueles que percebem o tratamento por parte do poder público como *inexistente*, ou seja, percebem que não há tratamento, pois não há reconhecimento dos moradores como parte integrante da população da cidade. Ao destacar as formas de relação entre poder público e moradores de casas flutuantes, constatou-se, também, a contradição da grandeza da dimensão territorial amazônica em meio ao descobrimento de riquezas de gás natural nessas áreas.

No entanto, a grandiosidade da área e a riqueza parecem não ter gerado, de fato, diferença no aspecto socioambiental e econômico das famílias que habitam tanto na cidade quanto no entorno dela. Para as populações que residem sobre as águas, carentes de políticas públicas e desenvolvimento sustentável da região, não há meios sociais concretos e efetivos de acesso ao mínimo de dignidade na vida das pessoas, como oportunidades de emprego e renda, moradia, saúde, educação com conseqüente qualidade de vida.

Quintslr, Boher e Irving (2011), ao analisarem as principais políticas públicas para a Amazônia, entenderam que é um desafio complexo e conceberam inúmeras contradições e conflitos entre a ideologia preservacionista do <sup>10</sup> Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA e a ideologia desenvolvimentista do <sup>11</sup> Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Com o objetivo de conciliar o desenvolvimento da região e a conservação ambiental, o governo federal lançou o <sup>12</sup> Plano Amazônia Sustentável - PAS. Por exemplo, no balanço do PAC-2, de maio-agosto de 2013, há informação sobre urbanização de assentamentos precários em Coari-AM com investimento de mais de 5 milhões de reais no bairro Nazaré Pinheiro, porém não é a realidade encontrada na cidade.

---

<sup>10</sup> Programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente gerenciado por fontes financeiras nacionais e internacionais, lançado em 2002 para 13 anos, com objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteção de 60 milhões de hectares e assegurar recursos financeiros para promoção do desenvolvimento sustentável da região. (Decreto n°. 4.326, de 08/08/2002).

<sup>11</sup> Programa criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) para promover a retomada do planejamento e execução nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, para o desenvolvimento acelerado e sustentável. (Decreto 6.025, de 22/01/2007, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm)>. Acesso em 01 ago. 2013).

<sup>12</sup> Plano criado em maio de 2008, pelo presidente Inácio Lula da Silva, cuja proposta envolve um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com a valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. (Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site\\_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/plano\\_amazonia\\_sustentavel.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/plano_amazonia_sustentavel.pdf)>. Acesso em 01 ago. 2013).

Tais políticas públicas ainda não conseguiram, de fato, alcançar a população amazônica a despeito do potencial e reservas naturais que são atribuídas a Amazônia. Há ainda racionalidades distintas, racionalidade econômica e racionalidade socioambiental que não foram claramente delineadas para um mesmo espaço implementadas pelo governo brasileiro, que interessam à nação e englobam também interesses internacionais (QUINTSLR; BOHRER; IRVING, 2011).

### 2.2.3 O morador de casa flutuante diante do morador de terra firme

Considerando as fronteiras físicas, os habitantes da comunidade flutuante se localizam entre duas margens, a terra firme e o rio. Além da fronteira espacial que separa os moradores (as duas margens), a relação com moradores de terra firme é demarcada por outro tipo de fronteira, chamada de fronteira social (FISCHER, s/d) representada pela diferença de *status* e/ou condição social e local de habitação.

No entendimento dos moradores de casas flutuantes a relação com os moradores de terra firme se distingue a partir de três aspectos da habitabilidade: 1) convivência com a poluição das águas; 2) ambiente marginalizado socialmente e 3) paisagem diferenciada. Observa-se que dois desses aspectos há claramente uma *menos valia*, tendo em vista os aspectos que possibilitam uma discriminação. Um deles, entretanto, os favorece em relação aos que moram em terra firme.

A convivência com a poluição das águas ocorre pela grande quantidade de lixo e dejetos depositados pelos habitantes da cidade e dessa localidade. No discurso dos moradores de flutuantes, há a seguinte declaração: *Mas tem uns que Deus me livre, ai, não vou para o flutuante, para aquela água, não. Porque vou pegar coceira, alergia.*

A maneira como os moradores de casas flutuantes tratam o ambiente onde moram, transmite a relação dos moradores com aquilo que eles descartam, possivelmente alimenta a ideia de que a correnteza do rio pode levar tudo, que a água renova, limpa, como se não fossem contaminar a água, relata um dos moradores: *O sanitário é aqui mesmo, porque não tem outro canto, é no rio, faz cocô e a correnteza leva...*

Da mesma forma, viver em casas flutuantes gera a sensação de que este lugar seja marginalizado pelos que vivem em outras áreas da cidade. Alguns estudos demonstraram que o tipo de moradia revela a condição de vida dos habitantes (HIGUCHI, 2003) e os distingue socialmente dos habitantes de outros lugares que se encontram em condições mais valorizadas socialmente por habitarem em local privilegiado, mesmo próximo à precariedade dos

vizinhos. Comparado com a situação de moradores do Nordeste brasileiro estudado por Silva e Silva (2003), o contexto dos moradores de flutuantes e o seu espaço social demandam reconhecimento das “desigualdades socioespaciais”.

No relato dos habitantes de flutuantes, fica explícita a relação de desvalorização, assim se declara:

*Porque assim... acho porque a moradia deles, eles dizem que são melhores do que os flutuantes. Porque a casa em terra, eles falam que duram mais de que um... uma casa, um flutuante, não é.*

*Eles acham que nós somos... uma pessoa pobre mesmo, não é.*

Em contrapartida, há um aspecto que o habitante de casas flutuantes se sente em vantagem com os de outras áreas em função do ambiente natural. Para esses moradores, morar nas margens dos rios, ou melhor, morar sobre as águas, um espaço prestigiado na natureza os torna privilegiados. Como comenta um dos entrevistados:

*Eu acho que sim, que chega aqui... se admirando e tudo mais, do jeito da gente conviver, aqui na beira...” ou como outro morador relata “quando vem pra cá dia de domingo, hum... dia de domingo... é ... tanto do vizinho de lá...é igualmente um banho...isso aqui fica... cheio de gente... gente chega aqui, eles trazem peixe, fazem assado...e comem... isso... todo mundo se diverte bastante. É muito gostoso mesmo de ficar aqui. Eu acho bom de ficar aqui.*

A relação social entre os moradores de casas flutuantes e os moradores de terra firme foi sendo construída a partir da chegada dos moradores de localidades e municípios próximos. Os moradores das casas flutuantes, geralmente, conhecem seus vizinhos de terra firme pelo nome e/ou endereço, como se fosse uma referência para se localizarem fisicamente, mas nem todos se conhecem pessoalmente. Na Amazônia, o rio, as águas fazem parte da identidade de lugar e estabelecem um ideário de desejo presente nos indivíduos. A imagem do rio habitado mostra a história socialmente construída sem dispensar a materialidade da água presente nas relações sociais cotidianas dos amazônidas (HISSA; MELO, 2008).

Na relação entre os moradores das “águas” e da “terra”, é possível encontrar a dicotomia desigualdade espacial e desigualdade social. Ainda que a Amazônia possua uma grande extensão territorial, seus habitantes não se mostraram atraídos para as terras desabitadas e sim para as margens do rio como uma tentativa de aproximação dos recursos socioeconômicos, porém se mantiveram marginalizados e rejeitados socialmente, tendo em vista as formas de tratamento tanto do poder público quanto dos moradores de terra.

Ao estudar a dimensão social do espaço, Fischer (s/d, p.68) estabelece, como uma das características próprias, o espaço social como espaço imposto, onde cada “grupo tem a sua geografia social” e, que ao ser inserido nestes locais, é de alguma forma um mecanismo de integração ou exclusão social. Dessa forma, habitar uma casa flutuante não é apenas ter um endereço físico, mas uma localização social na estrutura da sociedade em que essas pessoas estão inseridas. Morar é sinalizar uma posição social que fica circunscrita num modelo sociocultural que é compartilhado pelo grupo e no qual as pessoas se identificam e conduzem suas atitudes na relação com os demais.

O conjunto de fronteiras físicas e sociais que fixa os limites materiais ou simbólicos é elemento constitutivo da condição dos seus moradores (FISCHER, s/d, p. 67), e a percepção desse repertório é apreendida “a partir das interações sociais, vivências, impressões e significados sobre uma determinada realidade geofísica” (HIGUCHI; KUHNEN, 2011, p. 258). Mesmo que essa realidade física seja objeto de reflexão sociológica, é ela que acaba por contribuir na formação do estado psicológico do indivíduo e, portanto é determinante no comportamento humano.

### **3 SIGNIFICADO E IDENTIDADE DE LUGAR DO MORADOR DE CASA FLUTUANTE**

O lugar não é necessariamente urbano, nem tampouco rural. Ele pode ser entendido como um centro de significações para a construção de identidades individuais e coletivas.

(HISSA; MELO, 2008, p.301).

Nesse estudo, procura-se apresentar não meramente uma localidade de moradia como algo que existe num vácuo social, mas como uma totalidade onde os meios físico, psicossocial e cultural estão relacionados e formam um aspecto do outro. A apropriação do espaço de moradia seja pela funcionalidade da habitação seja pelos vínculos simbólicos de pertencimento ao lugar permite aos habitantes tecer seus traços de identidade pessoal e social. De modo particular, o ambiente amazônico é um mundo de significados que movimentam o comportamento do sujeito psicológico, algo que o distingue sem torná-lo dissociado de um sujeito epistêmico que se comunica com a sociedade de modo abrangente.

O espaço amazônico, é sem dúvida, um terreno fértil para compreendermos como as pessoas se relacionam entre si e como se situam em suas identidades. Esse movimento identitário não é uma dimensão estática e pré-concebida, mas eternamente emergente e dinâmica, que poderíamos equiparar ao termo Piagetiano de equilíbrio. A equilíbrio como tal não se trata de uma meta, mas um estado que possibilita a mudança e concorre com a estabilidade do ser.

#### **3.1 Movimento de estabilidade e mudança: o visível e o invisível da construção**

A maneira com que as pessoas lidam com a apropriação do espaço em suas vidas se reflete na produção e construção da sua subjetividade e identidade (ARCARO; GONÇALVES, 2012). Um dos aspectos importantes para conjugarmos um conceito como o de identidade de lugar a partir dos significados é entender questões específicas de posse e propriedade, tendo em vista as rubricas muito reforçadas na sociedade urbana vigente.

Ao se reportarem sobre a posse de suas casas, os entrevistados se distinguem uns dos outros de tal forma que 63% dos moradores revelaram que se consideravam donos da casa flutuante (de maneira temporária ou não) e 37% não se consideravam proprietários (seja pela existência ou não de documento de posse). Se sentir dono do lugar onde o indivíduo e seu grupo familiar reside é um aspecto determinante de estabilidade. Veitch y Arkkelin (1995,

mencionado por VALERA; VIDAL, 2002) sinalizam que, na organização social e na ocupação de territórios considerados como próprios, os indivíduos se beneficiam tanto espacial quanto psicologicamente e que esta organização atribui sentido à identidade pessoal.

Ainda que o discurso apresentado em relação às moradias demonstre sentimento de enraizamento (63%), há o desejo de mudança da moradia flutuante pela maioria dos moradores (73%). Entre todos, apenas 21% expressam o desejo de continuar morando na localidade nesse tipo de casa, outros 6% não souberam responder. Na narrativa de um dos moradores sobre o desejo de mudança e para onde se daria essa mudança:

*Ah! eu tenho assim (vontade de ter), uma casa de alvenaria bem bonita. Só que as condições da gente mesmo, coitado, o que eu ganho não dá pra eu fazer isso, né. Eu construía num terreno, mas fora também aqui... da cidade. Por aí, por essas estradas, por aí num terreno assim, bonito, quintal grande pra gente fazer plantio, plantar.*

Nessa fala, constata-se um desejo de melhorias físicas, mas é de alguma forma relativizada diante das condições socioeconômicas de carência. Os aspectos e condições físicas das casas não deixam de ser fatores de insatisfação e estes se referem principalmente à construção da casa, ao tipo de materiais e característica do terreno onde está sediada a casa, uma vez que, sobre as águas, há poucas possibilidades de reinventar a construção. Tudo isso impele ao desejo de mudar de casa, ter outra casa, outra fachada, outro tipo de materialidade noutro lugar. Entre os moradores, 54% têm desejos fortes de mudar de endereço, sendo que 37% a mudança seria para morar em casa de alvenaria, outros 17% continuariam a morar em casa de madeira,. Os demais 46% parecem conformados com o lugar onde vivem, sendo que 37% não tem preferência definida e 9% ficariam em flutuante (no mesmo ou em outro melhor).

Estabelecer-se num espaço que faz parte de um pertencimento à sociedade não desconsidera, no entanto, aspectos bastante funcionais e práticos. Embora a posse e a construção da casa sejam aspectos recorrentes na fala dos moradores, estão latentes aspectos simbólicos importantes na relação com os demais sujeitos (HIGUCHI, 1999, 2003). As declarações dos moradores estão associadas ao entendimento da relação do indivíduo com seu lugar de habitação, num movimento de ir e vir, das inquietações humanas e se reflete de maneira análoga na construção da identidade que ocorre como um processo complexo, dinâmico e mutável (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006).

O aspecto temporal, isto é, o tempo que aí se reside, auxilia na compreensão de que pertencer a um lugar seja ele de acordo com as expectativas e necessidades próprias do

indivíduo ou simplesmente pelo fato de ali ter se acomodado. Ao longo do tempo, o ocupante vai se acostumando ao local, tomando posse dele ao se relacionar no dia a dia, mesmo com dificuldades concretas, vai criando mecanismos de adaptação ou conformismo.

A construção do enraizamento e o pertencimento é parte de um processo dinâmico e mutável ao longo da vida, pois depende das vivências, expectativas, desejos e necessidades de cada pessoa (FISCHER, s/d). O tempo de residência na mesma casa na localidade entre os entrevistados variou de 6 meses a mais de 10 anos ( 67% de 6 meses a 5 anos, 10% de 6 a 10 anos e 23% com mais de 10 anos). Constata-se, entretanto, que a mobilidade é uma característica muito presente. Sempre tem gente chegando e gente saindo. Alguns, no entanto, se fixaram na localidade e estabeleceram laços muito fortes de pertencimento. Esses laços se consolidaram, segundo esses moradores, a partir da amizade com os vizinhos e a fixação de parentes. Essas relações sociais exercem grande força para o enraizamento na localidade. E essa permanência acaba por trazer o desejo de melhorar ali mesmo, quando possível.

Constatou-se entre os participantes, que alguns conseguiram providenciar melhorias materiais, seja comprando canoa para transporte próprio e da família seja ajustando o ambiente para uma prestação de serviços (guardando embarcações e pescando para vender os peixes). Em situações de poucas possibilidades de melhoria, restava-lhes a plasticidade de conviver com o que era disponível, sobreviver com o que era possível. Essas melhorias diante das dificuldades próprias do ambiente físico, carências e as limitações de condições sociais, os ocupantes mostram graus visíveis de resiliência.

*Eu ia sentir falta era por causa das minhas coisas. Que negócio de canoa, motor, a gente ia ter que carregar sempre pra terra, né, que torna mais difícil. Porque aqui quando a gente vai trabalhar, às vezes a gente vai pescar, quando chega a canoa já fica tudo aí, motor. E lá pra terra é, se torna mais difícil. Porque a gente tem que deixar a canoa lá pra beira, às vezes, foi ano passado roubaram nossa canoa pra lá pra beira. Porque a gente, quando seca a gente fica assim mesmo, nesse canto.*

Mesmo que o local de sua habitação e suas condições econômicas sejam adversas, o morador de casa flutuante se arranja, se ajusta com o que tem, ressignificando sua realidade a cada desafio enfrentado. A habilidade desse morador ou moradora enfrentar as dificuldades, ser transformado por intermédio delas, recuperando-se e superando-as foi descrita por Sordi, Manfro e Hauck (2011) como um processo de resiliência. Andrade, Souza e Silva (2013), ao estudarem sobre a vulnerabilidade e resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas (escassez de recursos hídricos atrelados à degradação ambiental), perceberam que elementos socioeconômicos e ambientais se entrelaçam na composição da vulnerabilidade. Em outras

palavras, a vulnerabilidade ocorre por fatores físico a que o indivíduo é exposto, bem como sua sensibilidade diante desses fatores. A resiliência ocorre nesse impacto das pessoas com o ambiente, de forma a compor o que chamaram de “resiliência do sistema socioecológico”. Os autores afirmam que o fortalecimento da resiliência ocorre com a redução da exposição e sensibilidade. Esse processo dinâmico de múltiplas dimensões e múltiplas determinações é responsável pela constante volta da estabilidade depois da forçada mudança (SILVA, 2009).

### **3.2 Ser morador de casa flutuante: aspectos de distinção social**

Tradicionalmente, a psicologia tratou da identidade pessoal e social de forma estritamente baseada, nas relações sociais, desconsiderando contextos socioambientais. Somente mais tarde, com o surgimento da Psicologia Ambiental que Proshanski, Fabian e Kaminoff (1983) inserem com propriedade essa dimensão importante da existência do ser psicológico. Vários estudos, principalmente da antropologia e sociologia, já alertavam que o lugar é parte integrante da identidade pessoal e social formada a partir da interação da pessoa com seu entorno físico e social. Nessa formação, está presente uma grande diversidade de elementos materiais e psicossociais, e, para essa dimensão, cunhou-se o termo identidade de lugar. Entre os elementos materiais, o lugar de moradia, seja a cidade, o bairro ou a casa se manifestam constructos psicossociais intensos para o reconhecimento do seu ocupante (PONTE *et al.*, 2009). Twigger-Ross e Uzzel (1996, citado por Mourão e Cavalcante, 2011) nos brindaram com seus estudos sobre os significados e o papel dos lugares de moradia e deixaram evidente sua importância na formação do reconhecimento social.

Segundo Fischer (s/d), esses significados são construídos socialmente e ocorrem de forma recursiva, isto é, da mesma maneira que o lugar molda o indivíduo para nele estar, o indivíduo transforma esse lugar. Proshanski, Fabian e Kaminoff (1983) ressaltam que a função da identidade de lugar é proporcionar uma base às adaptações e modificações que sofre a identidade pessoal do indivíduo. Com base nesses aspectos discutidos pelos autores, morar em casa flutuante passa a ser não só uma característica física presente no cenário das cidades amazônicas, mas também um espaço que identifica o indivíduo e o situa numa posição social perante os demais indivíduos da cidade. São esses atributos, sejam autointitulados ou atribuídos por externos, que os ocupantes passam a incorporar à sua própria existência e consequentes transformações identitárias.

Nessa formação polissêmica, vários aspectos são referência. Por um lado, há aspectos do próprio indivíduo, que conjugam e delimitam pontos de referência para a construção dessa identidade: as experiências vividas, o tipo ou estilo de vida, e as lembranças dessas vivências. Por outro lado, o indivíduo se situa na relação com outros e nessa alteridade surge a avaliação de si e do grupo que faz parte influenciado pelo prestígio do lugar onde vive. Por fim, e não menos importante, é a característica geofísica do lugar, que facilita ou dificulta seu desempenho funcional nas diferentes tarefas que o espaço social delimita (TWIGGER-ROSS; UZZEL, 1996). Portanto, a identidade de lugar está associada a características geralmente subjetivas em relação a quem sou, onde o ambiente físico de forma geral não era considerado como componente importante e muito menos formador (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011).

Habitar uma área é, pois, muito mais do que edificar uma moradia física, mas estar aberto à corporeificação dos valores presentes nesse lugar, que foram estruturados pelos sistemas sociais vigentes. As moradias flutuantes representam um lugar não planejado, um lugar sem ordenamento e sobre esse território não há controle pelos gestores da cidade. Esses moradores se dão conta desses artifícios sociopolíticos e para muitos deles significa se tornar reconhecido como cidadão sem terra, sem endereço. No entanto este foi o único lugar possível para morar na cidade. Para outros, no entanto, morar na orla, numa casa flutuante é ter o privilégio de não abandonar a cultura amazônica das águas e da flexibilidade de se deixar levar pelas ondas do rio. Assim, para os entrevistados, ser morador de flutuante congrega pelo menos duas formas de pensar baseado na inter-relação indivíduo e local de habitação: a) imposição e b) liberdade.

Para a maioria (81%) dos moradores, estar residindo em casas flutuantes não é uma escolha, mas uma imposição. Essa imposição relembra os aspectos discutidos por Fischer (s/d), que historicamente se constrói a ideia de que para cada indivíduo há um lugar certo para morar considerando aspectos da estrutura social vigente que se manifesta na espacialização das mais diversas atividades sociais. Na espacialização urbana, o local de moradia é visto como um aspecto de distinção entre as pessoas, atribuindo a elas status diferenciados como se o espaço de cada um fosse determinado por fronteiras ou cercas invisíveis (ALVES, 2012). A distinção, nesse caso, é de moradores com limitação do poder aquisitivo e a carente de políticas públicas capazes de lhes possibilitar um lugar melhor.

Os moradores estão entre duas margens, as margens do rio e da sociedade. É o lugar para onde eles foram empurrados socialmente, lugar de pessoas sem instrução, sem qualificação profissional, sem recursos.

Nos discursos abaixo, encontramos a presença desta imposição representada pela espacialidade física e social:

*Por enquanto né. Se a gente não conseguir uma casa em terra, até... não sei até quando. Eu sinto só por causa da...fazer como que... como diz o ditado a gente já mora obrigado. Eu nunca me dei pra morar assim.*

*Eu acho assim mana não muito bom, mas, a gente não pode comprar uma casa em terra, né. Ai a gente ficou assim...em flutuante. Minha família quando vem pra cá, meus filhos, né. Fica tudo aqui comigo, não tem pra onde ir, né... Meus filhos quando vem, vem tudo aqui pra casa, comigo, então ficam aqui, né. Graças a Deus, né que eu consigo esse flutuante. E eu tinha vontade de morar em terra, né. Mas só que até agora, não tenho as condições de morar em terra. Ai é o jeito ficar aqui mesmo. não tem como nós, a gente comprar, não tem dinheiro de comprar uma casa.*

*Porque sempre o flutuante, o povo do flutuante é mais esquecido, num sei por que. Porque nunca ninguém veio aqui, né.*

*Aqui nós somos esquecidos aqui na beira. Todas casas flutuantes aqui quase não tem visita, só Deus que passa visitando a gente nesta terra mesmo.*

*Porque as casas flutuantes não tem importância não pra esse pessoal.*

*Mas aqui se por exemplo, entender de jogar nós fora, joga porque num tem nada organizado aqui.*

Mesmo vivendo com limitações socioeconômicas, há moradores que preferem morar nesse território fluido, no sentido físico e simbólico. Para 19% dos entrevistados, ser morador de flutuante constitui liberdade em se permitir habitar em lugar que, de alguma forma, expressa o que podem realizar de acordo com seu livre-arbítrio a partir de suas condições e necessidades.

Aranha e Martins (1993) propõem que a liberdade é vista socialmente de duas maneiras, apresenta um caráter factício, ou seja, é determinado por leis físicas, biológicas, psicológicas e culturais e, por condições de transcendência, em que, apesar das leis apresentadas e através das relações intersubjetivas estabelecidas com outros sujeitos, o indivíduo exerce sua liberdade de maneira não tão livre, mas de acordo com as condições sociais em um movimento de ultrapassar a si mesmo, em que os obstáculos da vida são um desafio a superar.

Nos relatos dos moradores, encontramos as seguintes expressões:

*É o meu lugar pra me viver. É o meu lugar pra me morar, enquanto eu tiver vida é aqui mesmo, agora depois que eu passar pra outra vida.*

*Mana pra mim é tudo de bom. Não troco uma casa em terra pelo um... num troco meu flutuante pela uma casa em terra. Pra mim tudo é farto, tudo vem na minha porta, peixe, tudo.*

*Pra mim essa casa ela é minha vida. Porque eu já passei por muita coisa difícil. Quando eu ainda não tinha minha própria casa, mesmo. Aí então agora eu posso dizer que eu tenho o meu lar de vida. Ela é do jeito que é, mas, é minha, com meus filhos. A minha vida é minha casa.*

Cruz (2008, p.66), ao se referir sobre a identidade do ribeirinho a ela atribui a imagem do rio que, segundo o autor, tipifica a cultura da região e faz parte do imaginário social. Defende que a identidade ribeirinha foi afirmada pelos movimentos sociais e políticos tendo sido construída historicamente a partir dos modos de vida semelhantes da população e da “socioespacialidade de pertencimento” atribuída ao rio.

Ao contrário da afirmação de Cruz (2008), neste estudo, verificou-se que os moradores de flutuantes que habitam os rios da Amazônia são sujeitos que se percebem sem identidade reconhecida socialmente de forma explicitada, não se autoatribuem ou se autoneameiam como caboclos ou ribeirinhos. Para Calegare (2012), a formação sociocultural da Amazônia constitui-se um mosaico multicultural que foi constituído por distintos grupos e ainda há grupos com “identidades autoatribuídas” que não foram reconhecidos social e politicamente e requer estudos mais aprofundados nas localidades para compreensão dos processos psicossociais.

Ainda que as belezas e recursos naturais da região sejam objeto de interesses nacionais/internacionais econômicos, de sustentabilidade e mesmo de contemplação, pode-se perceber que a habitação flutuante existente não ocorre por estes motivos ou somente pela cultura amazônica, porém, em razão da imposição física, social, econômica e política. E que não se mobilizaram para serem reconhecidos.

Souza (2012), tendo como foco teórico as ideias de Honneth, afirma que a formação das identidades individuais e coletivas só é possível a partir do reconhecimento intersubjetivo presente nas relações e participações sociais, em que a vida acontece cotidianamente nas dimensões social e afetiva em comunidade.

É neste cenário amazônico ou entorno físico e simbólico representado pelas águas barrentas do rio Solimões que se desenvolve a interação social dos moradores de casas flutuantes, onde o espaço e lugar de moradia compartilhados, conforme Valera y Pol (1994), atribui “significados que são socialmente elaborados e reelaborados” definindo ou em processo de formação da identidade individual, social e de lugar.

A casa flutuante representa, desta forma, a identidade em movimento, em processo de formação, seu contexto representa a vida líquida, como diz Bauman (2007, p.8) “uma vida

precária, vivida em condições de incerteza constante”. Incertezas que vão além das condições espaciais, sociais e culturais, mas dizem respeito à constituição da própria identidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os referenciais teóricos que serviram de base para este estudo foram precisos no sentido de afirmar que cada localidade ou ambiente físico natural ou construído não está dissociado de outros aspectos que fazem parte da constituição do sujeito psicológico. Este estudo mostra que, embora não aparente, vários significados são construídos a partir do lugar de moradia, e estes inevitavelmente constituem aspectos de identidade social a partir do lugar.

Ao entrar nas moradias flutuantes, foi possível acessar histórias individuais e coletivas que diziam respeito às condições de vida tão parecidas, mas que se diferenciaram na forma como cada um, naquele contexto, reelaborou e ressignificou sua realidade social e psicológica. São essas vivências que permitiram que a cada um imprimir na casa seu *status social*. A casa flutuante, embora os proteja das adversidades ambientais, torna-se marcas das adversidades sociais a que são submetidos. Tal qual uma boia que não se deixa levar pela correnteza na cheia, a casa os insere num lugar. É nessa casa que as lembranças, vivências e histórias são vividas e imprimem significados que são incorporados à identidade.

Há lugares aparentemente que nos intrigam somente de olhá-los, as casas flutuantes, na Amazônia em Coari, são um desses lugares. Longe de ser um lugar idílico, morar na orla é morar num lugar onde o rio perde o glamour de águas amazônicas, para ser um fator de limitação de mobilidade dos moradores. Nesse território sobre as águas, o que é privado é também público ao mesmo tempo. Vive-se numa situação de posse instável, isto é, “hoje aqui é meu, amanhã pode ser mais pra lá”. A instabilidade de posse é como um movimento do banzeiro (ondas) do rio. As construções denotam essa transitoriedade, efemeridade do lugar e do tempo de moradia naquele local. Os investimentos nas construções, mesmo que passíveis de serem feitos, não o são, pois não se sabe quanto tempo, neste lugar, eles estarão morando.

Os resultados obtidos apontaram que o sujeito morador de casa flutuante incorpora à sua própria história as vivências culturais do ambiente amazônico como também as mazelas sociais a que são submetidas ao longo do tempo. As ondas culturais sinalizavam a orla da cidade como única moradia possível na cidade. Morar em casa flutuante na orla da cidade está longe de ser um ambiente de glamour. Viver sobre as águas às margens da cidade é ter sempre à vista as dificuldades de posse, de mobilidade e de inclusão social. Viver sobre as águas é boiar na espera de um reconhecimento de cidadania. Neste território, o seu ocupante não é reconhecido pelos demais habitantes da cidade e pelos gestores públicos, pois lá não tem terreno, não tem rua, as casas não têm endereço. Os moradores acreditam que por morarem

nesse não lugar, a cidade não lhes oferece possibilidades e sobre eles são jogados os restos da cidade. Morar neste lugar é viver o estigma da invisibilidade social e ter que lutar sempre para ser reconhecido como cidadão urbano com todas as carências próprias de sua condição socioeconômica, mesmo com o consolo de se sentir privilegiado em poder vislumbrar o mais lindo horizonte do rio.

Os estudos sobre populações na Amazônia nas diversas áreas do conhecimento ainda são poucos, quer seja pela dificuldade de acesso, distância e poucos investimentos financeiros, porém isso não é fator limitante de se compreender as nuances das identidades sociais dos amazônicos a partir do lugar onde vivem e moram. Neste estudo, que não pretende ser conclusivo, mas um início, foi possível vislumbrar aspectos latentes que devem ser melhor compreendidos.

O estudo permitiu apresentar uma visão desromantizada sobre a Amazônia e seus habitantes de flutuantes que vivem às margens do rio à espera de serem inseridos nesta sociedade que prega a igualdade de direitos, o desenvolvimento e sustentabilidade da região, que olha admirada a paisagem e esquece que naquele rio vivem pessoas.

Ainda há muito a conhecer sobre as pessoas que habitam o contexto amazônico em sua relação com o ambiente físico e social e a maneira que constroem suas identidades; neste estudo, procurou-se apresentar uma pequena parte das particularidades existentes.

Quando muitos olhares se voltam para a preservação, o desenvolvimento e sustentabilidade da floresta amazônica, outros olhares possam alcançar as pessoas moradoras de flutuantes num movimento diário de viver e sobreviver, enfrentando temporais, banzeiros, épocas de cheia e enchente, em busca de melhoria nas condições de vida.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. F. Identidade, territorialidade. **Boletim Rede Amazônia**, ano 3, n.1, 2004. Disponível em: <[http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Identidade-Territorialidade-Conflitos-Socioambientais\\_Edna-Ferreira-Alencar.pdf](http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Identidade-Territorialidade-Conflitos-Socioambientais_Edna-Ferreira-Alencar.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- ALVES, S. A. G. O lugar flutuante. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 43-57, 2012. Disponível em:< <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/1056/0>>. Acesso em: 28 out. 2013.
- ANDRADE, A. J. P. de; SOUZA, C. R. de; SILVA, N. M. da. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. In: **Campo-território: Revista de geografia agrária**, v.8, n.15, p.1-30, fev.,2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19590>>. Acesso em: 05 fev. 2014.
- ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARCARO, R.; GONÇALVES, T. M. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. **RA'EGA** **25**, p. 38-63. 2012. Disponível em:<<http://www.geografia.ufpr.br/raega/ISSN:2177-2738>>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- BACHELARD, G. **The Poetics of Place**. Boston: Beacon Press, 1964.
- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARBOSA, R.M.R. **A dádiva e a vivência religiosa: implicações da religiosidade no desenvolvimento de práticas sociais solidárias na comunidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- BARBOSA, E. M.; BARBOSA, M. F. N. **Direito de Águas Doces do Brasil: uma reflexão epistemológica e hermenêutica**. *Novos Estudos Jurídicos (Online)*, v. 18, p. 240-255, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER M.V.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.
- BOURDIEU, P. **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. - Brasília: MMA, 2008. **Decreto nº. 4.326**, de 08/08/2002, que institui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Áreas

Protegidas da Amazônia – ARPA, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4326.htm)>. Acesso em 01 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República: **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira/Presidência da República.- Brasília: MMA, 2008. 112 p.il color.; 28 cm. Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site\\_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/plano\\_amazonia\\_sustentavel.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/plano_amazonia_sustentavel.pdf)>. Acesso em 01 ago. 2013.

BREAKWELL, G. M. et al. **Métodos de Pesquisa em Psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CALEGARE, M.G.A. Questões à psicologia social a partir de experiências em comunidades ribeirinhas amazônicas. In: LIMA, A.F. de (Org.). **Psicologia crítica: paralaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Psicologia Social e Ambiental em unidades de conservação do Amazonas. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. **Psicologia e Contextos rurais**. Natal, RN: Editora da UFRN, 2013.

CALLAI, H. C. O Estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS Sociais 8., 2004. ‘**A Questão Social no Novo Milênio**’. Disponível em:<<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

CARLOS, A. F. A. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARSTEN, J.; HUGH-JONES). **About the House: Lévi-Strauss and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CARSTEN, J. The Heat of the Hearth: the Process of Kinship In: **a Malay Fishing Community**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

CARTER, E.; DONALD, J.; SQUIRES, J. (Eds.). **Space and Place: Theories of Identity and Location**. London: Lawrence & Wishart, 1993.

CAVALCANTE, S. A porta: objeto dos espaços humanos. In: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia Ambiental: entendendo as relações homem com seu ambiente**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

CAVALCANTE, S.; NOBREGA, L. M. A. Espaço e Lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CRUZ, V. do C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR., S. C. C. da; TAVARES, M. G. da (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

CRUZ, P. G.; HIGUCHI, M. I. G. A produção do espaço urbano e a inserção da criança nesse ambiente. In: PEREIRA, H. S.; REBÊLO, G. H.; SCHOR, T.; NODA, H. (Orgs.). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do ambiente**. Manaus: EDUA, 2009.

DAMATTA, R. **Casa e rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ELALI, G. A. Mais do que paredes: algumas considerações sobre aspectos subjetivos da habitação. CONGRESSO BRASILEIRO E I IBEROAMERICANO – HABITAÇÃO SOCIAL – CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2., 2006. **Anais eletrônicos**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/84>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

FERRARA, L. D. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

FERRARA, L. **Olhar periférico: linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1999.

FISCHER, G. N. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, [s.d].

\_\_\_\_\_. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GÜNTHER, H; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Multimétodos. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HIGUCHI, M. I. G. House, Street, Bairro and Mata: Ideas of Place and Space In: **an Urban Location in Brazil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Curso de Doutorado. Inglaterra: Brunel University, 1999.

\_\_\_\_\_. A socialidade da estrutura espacial da casa: Processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 33, p. 49-70, abr. 2003.

\_\_\_\_\_. Making Sense of dwelling place: a study among urban Amazonian children. **Medio Ambiente y Comportamento Humano: An International Environmental Psychology Review**. Espanha, v. 9, n.1-2, p.149-170, 2008. ISSN 1576 6462, 2008.

HIGUCHI, M. I. G. (Col.). Significados atribuídos pelos moradores de unidades de conservação ao lugar em que vivem. In: MEDEIROS, R.; SILVA, H. P. L.; IRVING, M.A. (Eds). **Áreas protegidas e inclusão social: tendências e perspectivas**. v. 4, n. 1, p. 127-129. ISSN 1982-2251, 2009.

HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A. Percepção ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011.

HIGUCHI, M. I. G.; CALEGARE, M. G. A.; FREITAS, C. C. de. Socialidade e espacialidade nas comunidades de Unidades de Conservação no Amazonas. In M. I. G. HIGUCHI, C. C. FREITAS, AND N. HIGUCHI (Eds.). **Morar e viver em unidades de conservação do Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo**. Manaus: Edição dos autores, 2013.

HIGUCHI, M. I. G.; FREITAS, C. C. de; HIGUCHI, N. **Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo**. Manaus: Edição dos Autores, 2013.

HISSA, C. E. V.; MELO, A. F. de O lugar e a cidade: conceito do mundo contemporâneo. In: HISSA, C. E. V. **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10ª. Ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro, 1975.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. COSTA, I. C.; MESQUITA, H. M. **Tipos de habitação rural no Brasil**. Rio de Janeiro, 1978.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INGOLD, T. Building, Dwelling, Living. In: STRATHERN, M (ed.) **Shifting Contexts**. London: Routledge, 1995.

\_\_\_\_\_. **The perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. Routledge: London, 2000.

ITTELSON, W.H.; PROSHANSKY, H.M.; RIVLIN, L.G. WINKEL, G.H. (2005). **Homem ambiental. Série Textos de Psicologia Ambiental**, 14 (J.Q.Pinheiro, Trad., pp. 1-9). Disponível em <<http://www.psi-ambiental.net/pdf/14HomemAmbiente.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

JAGGER, B. Body, House and City: the Intertwinings of Embodiment, Inhabitation and Civilization. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Eds.). **Dwelling, Place and Environment**. New York: Columbia University Press, 1992.

KUHNEN, A.; CRUZ, R. M.; TAKASE, E. (Orgs.). **Interações: pessoa-ambiente e saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

LEI N°. 3.135, de 05/06/2007. Disponível em: <<http://www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202007/Arquivo/LE%203135%2007.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

LEITÃO, L. Espaço do Abrigo? Espaço do Afeto! In: DEL RIO, V; DUARTE, C. R; RHEINGANTZ (Org.). **Projeto do Lugar: Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

LIMA, A. F de L.; CIAMPA, A.C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica In: LIMA, A. F de L.(Orgs.). **Psicologia Social Crítica: paraxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LOPES, J. R. Os caminhos da Identidade nas Ciências Sociais e suas metamorfoses na psicologia Social. **Psicologia e Sociedade**; v.14, n.1, p. 7-27, jan./jun.2002.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACIEL, S. C.; MELO, J. R. F. de. O uso da entrevista e da análise de conteúdo em Pesquisas Qualitativas In: COUTINHO, M. da P. de L.; SARAIVA, E. R. de A. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa em psicologia Social: perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, vol.VII, n.13, p.31-44, jan-jun. 2002. Disponível em: <[http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S1413-29072002000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1413-29072002000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 05 mar. 2013.

MIGUEIS, R. **Geografia do Amazonas**. Manaus: Valer, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade. In: **Estudos de Psicologia**, v.11, n.2, p.143-151. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/51413-294x2006000200003>>. Acesso em 07 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Identidade de Lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011.

MOURÃO, A. R. T.; BONFIM, Z. A. C. Identidade social urbana. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. São Paulo: Vozes, 2011.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, L. A Construção do espaço, segundo Jean Piaget. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia: v. 17, n. 33, p. 105-117, dez 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/9205/5667>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Revista Ciência e Cultura**. v. 58 n. 3 2006. São Paulo, July/sept. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v.

11. Los problemas del mundo actual: respuestas y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. 2007. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/rt/printerFriendly/74057/0>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

OLIVEIRA, J. A. de. Espaço- tempo de Manaus: natureza das águas na produção do espaço urbano. In: **Espaço e cultura**. UERJ: RJ, n. 23, p. 33-41, jan./jun.2008.

PINHEIRO, J. Q; ELALI, G. A. Comportamento socioespacial humano In: CAVALCANTE, S. ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PONTE, A. Q.; BOMFIM, A. C.; PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. In: **Revista psicologia argumento**, Curitiba, v. 27, n. 59, p. 345-354, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=3375&dd99=pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PROSHANSKY, H.; ITTELSON, W; RIVLIN, L. **Environmental Psychology: Man and his physical setting**. Holt, Rinehart and Winston, 1970.

PROSHANSKY, H.; FABIAN, A.; KAMINOFF, R. Place-identity: physical world socialization of the self. In: **Journal of Environmental Psychology**, v. 3, 57-83, 1983.

QUINTSLR, S.; BOHRER, C.B.A.; IRVING, M.A. (2011). Políticas públicas para a Amazônia: Práticas e representações em disputa. In: **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XIII - 23,(13), 5-16, jul.(1516-1684). Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1295>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

RABINOWICH, E. P. Barra Funda, São Paulo: as transformações na vida das crianças e na cidade – um estudo de caso. In: GÜNTHER, H; PINHEIRO, J. Q; GUZZO, R. S. L. (Orgs.). **Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

RAMOS; F. de S. *et al.* Análise da Cadeia Produtiva da espécie florestal do Assacú (*Hura creptans* L.) no município de Manaus-AM); **Anais do I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. Disponível em: <<http://seminariodoambienteufam.edu.br/2010/anais/rn03.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

REED, Edward. S. **Encountering de world: toward an ecological psychology**. New York: Oxford University Press, Inc., 1996.

SANTOS, A. L. V; DUARTE, C. R. Casas invisíveis: um estudo dos espaços da população de rua do Rio de Janeiro. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P.A. (Orgs.). **Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; PROARQ, 2002.

SANTOS, E. C.; COLESANTI, M .T. de M. A casa analisada do ponto de vista sócio-ambiental em alguns bairros residenciais de Uberlândia. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, SANTIAGO DE CHILE.**, 2001. Disponível em: <<http://observatoriogeograficalatina.org.mx/ega/8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/59.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SIEGEL, A. W.; COHEN, R. Why a house is not a home: construction contexts for development. In: COHEN, R.; SIEGEL, A. (Eds). **Context and Development**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers, 1991.

SILVA, A. F. da; SILVA, V. P. da. Nos limites do viver: moradia e segregação socioespacial nas áreas metropolitanas no nordeste brasileiro. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v. 7, n. 146, 1 ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(129\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(129).htm)>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SILVA, L. R. Resiliência nas interações grupais: como identificá-la?. In: KUHNEN, A.; CRUZ, R.M.; TAKASE, E. (Orgs.). **Interações pessoa-ambiente e saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SOMMER, R. In: RIO, V. D.; DUARTE, C.R.; RHEINGANTZ, P.A. (Orgs.). **Projeto do lugar**: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra capa livraria; PROARQ, 2002.

SOUSA, I. dos S. O gasoduto Coari-Manaus e as transformações socioespaciais em Manacapuru – AM. In: OLIVEIRA, J. A. de. **Espaços Urbanos na Amazônia**: visões geográficas. Manaus, AM: Valer, 2011.

SOUZA, L. J. B. **Os flutuantes antes da 'cidade flutuante'**. Revista Fronteiras do Tempo. v. 1, n.1, jun.2011.

SOUZA, R. F. de. As Políticas e a administração identitária de seus usuários: uma análise na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. de. (org.). **Psicologia Social Crítica**: Paradoxos do Contemporâneo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

SORDI, A. O.; MANFRO, G. G.; HAUCK, S. O conceito de resiliência: diferentes olhares. In: **Rev.bras.psicoter.** v. 13, n. 2 p. 115-132. 2011. Disponível em: <[http://www.rbp.celg.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=611](http://www.rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=611)>. Acesso em: 05 fev. 2014.

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TWIGGER-ROSS, C. L; UZZEL, D. L. Place and Identity. **Processes Journal of Environmental Psychology**, v. 16, p. 205-220, 1996.

VALERA, S.; POL, E. El concepto de identidade social urbana: uma aproximación entre la Psicologia Social y la Psicologia Ambiental. **Anuário de psicologia**, n. 62, p. 5-24, 1994.

VALERA, S.; VIDAL, T. Privacidad y territorialidad. In: ARAGONÉS, J. I. AMÉRIGO, M. (Coords.). **Psicologia ambiental**. Madrid: Ediciones Piramide, 2002.

WIESENFELD, E. **La autoconstrucción**: um estudo psicosocial del significado de La vivienda. Caracas: Editorial latina; CEPFHE, 2001.

## APÊNDICE A – Roteiro de Observações

1. Localização da casa (em relação às outras edificações, se fica no meio, na extremidade, próximo de algum comércio, barco, etc.).
2. Estrutura da casa (tipo material de construção, quantidade de cômodos, tipos de móveis, disposição dos móveis).
3. Aquisição da casa (como adquiriu, se existe algum tipo de posse, etc.).
4. Estrutura da família (número de filhos, quantos estudam, quem trabalha, onde trabalha).
5. Recursos externos de habitabilidade (água encanada, luz elétrica, telefone, esgoto, etc.).
6. Relacionamento com a vizinhança.
7. Relacionamento com as instituições públicas (associação de moradores, prefeitura, órgãos municipais e estaduais).
8. Caracterização do ambiente externo (rio, floresta, vias de acesso, etc.).
9. Meios de transporte disponíveis para locomoção para outros lugares (na cidade, da cidade para a capital, etc.).

## APÊNDICE B - Roteiro de questões

**Projeto de Pesquisa:** AMBIENTE FLUTUANTE: OS SIGNIFICADOS E IDENTIDADE DE LUGAR DE MORADORES DE CASAS FLUTUANTES

### INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do (a) Entrevistado(a): \_\_\_\_\_

**1. Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**2. Idade** \_\_\_\_\_

**3. Estado civil**

( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Separado ( ) Viúvo ( ) União estável

**4. Escolaridade:**

( ) Fundamental incompleto ( ) Fundamental completo ( ) Médio incompleto ( ) Médio Completo

( ) Técnico incompleto ( ) Técnico completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo

**5. Ocupação Profissional:** \_\_\_\_\_

**6. Residentes na mesma unidade doméstica:**

Crianças abaixo de 10 anos: \_\_\_\_\_ Adolescentes de 11 a 15 anos: \_\_\_\_\_

Jovens de 16 a 21 anos: \_\_\_\_\_ Adultos: \_\_\_\_\_

**7. Cidade/Estado de origem:** \_\_\_\_\_

**8. Motivo da vinda? (se for o caso)** \_\_\_\_\_

### HABITACÃO

**9. Quanto tempo mora nesta casa? Sempre morou em casa flutuante?**

**10. Como adquiriu esta casa flutuante?**

**11. Morar em casa flutuante é mais barato ou mais caro? Por quê?**

**12. De onde vem a água que vocês usam pra beber? E para outros usos (lavar roupa, casa)?**

**13. Vocês têm luz elétrica?**

**14. Como vocês fazem com o lixo - esgoto?**

**15. Como você dá o endereço, numa loja, por exemplo, quando compra alguma coisa?**

**16. Hoje se alguém quisesse adquirir uma casa flutuante, o que precisa fazer?**

**17. O que tem de bom morar em casa flutuante? O que tem de ruim?**

**18. Se surgisse a oportunidade de morar em outro lugar, que lugar seria?**

**19. Que tipo de casa é sua preferida? Onde estaria construída essa sua casa?**

### RELAÇÕES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

**20. O pessoal que mora aqui em casa flutuante se organiza pra fazer algo junto?**

21. Como as pessoas começaram a morar neste lugar? Qualquer pessoa pode montar sua casa flutuante neste lugar?
22. Os moradores participam de algum grupo ou associação?
23. Vocês têm algum problema de posse (propriedade) do lugar?
24. Você acha que a prefeitura trata vocês de forma diferente por morarem em casas flutuantes?
25. Vocês recebem algum auxílio de alguma entidade (governo, igreja ou outra instituição)?

#### **IDENTIFICAÇÃO COM O LUGAR**

26. Como você se sente morando em casa flutuante? Você se sente feliz morando nessa casa?
27. Você sente que essa casa é o seu lugar para viver?
28. Você acha que essa casa é realmente sua?
29. Se você sáísse daqui de que sentiria mais falta?
30. As pessoas que moram em casas perto do rio são chamadas de ribeirinhos, e vocês que moram nesta casa flutuante, como são chamados?
31. Você acha que as pessoas tratam vocês diferente daqueles que moram em terra firme? Por quê?
32. Se tivesse que descrever este lugar onde você vive em uma palavra, qual seria?

## APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI

Convidamos você para participar da pesquisa intitulada **AMBIENTE FLUTUANTE: OS SIGNIFICADOS E IDENTIDADE DE LUGAR DOS MORADORES DE CASAS FLUTUANTES**, da acadêmica do curso de Mestrado em Psicologia/UFAM, **Eliana Rodrigues Tiago** sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Maria Inês Gasparetto Higuchi**. Essa pesquisa pretende investigar de que maneira os moradores de casas flutuantes no Médio Solimões no Amazonas compreendem o significado de moradia e quanto a moradia é importante na formação de sua identidade.

Nesse estudo você participará de uma entrevista sobre sua vida e o que você pensa sobre morar em casa flutuante. Essa entrevista será audiogravada para melhor fidelidade das respostas dadas. A gravação só será realizada se houver seu consentimento.

Sua participação na pesquisa é voluntária, por isso não terá nenhuma despesa e também não receberá pagamento em troca. Mesmo após a sua autorização, você tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa independente do motivo e sem qualquer prejuízo a sua pessoa.

**Benefícios:** incluem a contribuição para uma melhor compreensão dos significados de moradia atribuídos por moradores de casas flutuantes presentes nas temáticas socioambientais.

**Riscos:** Por se tratar de pesquisa cujo anonimato será preservado acredita-se que suas respostas não lhe colocarão em riscos potenciais.

**Confidencialidade:** O seu nome não será divulgado, e todos que participarem do estudo terão anonimato.

Os pesquisadores comprometem-se em agir segundo as exigências éticas concernentes a coleta, análise e publicação dos dados alcançados. As informações adquiridas serão utilizadas para estudos de pesquisa científica e contribuirão para compreender melhor as pessoas e qual o significado da moradia dado por elas.

Se você tiver qualquer dúvida ou quiser saber qualquer informação mais detalhada pode entrar em contato com a pesquisadora ou com a mestranda **Eliana Rodrigues Tiago** no endereço: Rua Pico das Águas, 773, São Geraldo, Manaus/AM, telefone (92) 8231-8800 ou pelo e-mail: [elianapsi2008@hotmail.com](mailto:elianapsi2008@hotmail.com). Poderá ainda entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM**, Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone 3305-5130.

---

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ entendi o que a pesquisa “**Ambiente flutuante: os significados e identidade de lugar de moradores de casas flutuantes**” vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Afirmando que me foi entregue uma cópia desse documento.

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Participante da Pesquisa**

\_\_\_\_\_  
**Eliana Rodrigues Tiago**



Impressão do dedo polegar  
caso não saiba assinar

## ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** IDENTIDADE E SIGNIFICADO DE LUGAR NA FORMAÇÃO PSICOSSOCIAL DE MORADORES DE CASAS FLUTUANTES EM COARI-AM

**Pesquisador:** ELIANA RODRIGUES TIAGO

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 16262813.0.0000.5020

**Instituição Proponente:** Faculdade de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 493.331

**Data da Relatoria:** 11/12/2013

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1- Folha de rosto - Adequada ;
- 2- TCLE - adequado;
- 3-Instrumento de Coleta de dados - apresentado;
- 4- Critérios de inclusão e exclusão apresentados -adequados;
- 5- Riscos e benefícios - adequados,
- 6- Cronograma - adequado o anexado à Plataforma Brasil,
- 7-Orçamento - adequado.

#### Recomendações:

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atendeu a pendência solicitada. Anexou a correção do cronograma à Plataforma Brasil contemplando "Levantamento das Informações em Campo" para dez 2013, jan e fev 2014.

Salientamos a necessidade de correção do cronograma de execução proposto no Protocolo da Pesquisa da Plataforma Brasil. O mesmo enfatiza a "TABULAÇÃO DOS DADOS 09/12/2013 28/02/2014."

Alertamos que acordo com a Res. CNS 466/2012 a coleta de dados só poderá ser iniciada após submissão e análise em um Comitê de Ética. Portanto, os dados só poderão ser tabulados após a coleta autorizada pelo CEP Ufam.

#### Situação do Parecer:

Aprovado

#### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

#### Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 13 de Dezembro de 2013

Assinador por:

**MARIA EMILIA DE OLIVEIRA PEREIRA ABBUD**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br